Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 30, p. 75 - 99, ANO 2020. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2020.v16i30.10110

DIMENSÃO E DINÂMICA DO PROCESSO PRODUTIVO E TERRITORIAL DA AGROPECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL PÓS-2003

DYNAMIC OF THE PRODUCTION AND TERRITORIAL PROCESS OF AGRICULTURE IN RIO GRANDE DO SUL POST-2003

LA DINÁMICA DEL PROCESO PRODUCTIVO Y TERRITORIAL DE LA AGRICULTURA EN EL RIO GRANDE DO SUL DESPUÉS DE 2003

Roberto Cesar Costa Cunha
Carlos José Espíndola

RESUMO

A diversidade dos produtos da agropecuária do Rio Grande do Sul institui-se em um dos principais setores econômicos geradores de renda no estado. Entre 2009-2018, o valor bruto da produção dos principais bens agrícolas sul-rio-grandenses cresceu de R$ 47,2 bilhões para R$ 53,8 bilhões. Nas exportações, o valor gerado, em 2018, foi de US$ 12,2 bilhões, o que representa 58,05%, do valor total do estado, e 12%, do valor total dos agronegócios brasileiros. Sendo assim, o objetivo central deste texto é identificar o desempenho produtivo da agropecuária do Rio Grande do Sul, com base nos indicadores de área plantada, valor bruto da produção, produtividade e participação na pauta exportadora do estado, uma vez que, esse dinamismo veio acompanhado de alterações significativas nas estruturas produtivas territoriais. Desse modo, o processo de concentração/desconcentração, disseminação e exclusão estabeleceu uma nova especialização produtiva territorial, especialmente, na soja e na pecuária bovina.

Palavras-chave: Processo produtivo territorial. Especialização mesorregional. Agropecuária.

ABSTRACT

The diversity of agricultural products in Rio Grande do Sul is one of the main economic sectors that generates income in the state. Between 2009-2018, the gross value of the production of the main agricultural goods of the state of Rio Grande do Sul grew from R $ 47.2 billion to R $ 53.8 billion. In exports, the value generated in 2018 was US $ 12.2 billion, which represents 58.05% of the total value of the state and 12% of the total value of Brazilian agribusiness. Thus, the central objective of this text is to identify the productive performance of the agricultural sector of Rio Grande do Sul, based on the indicators of planted area, gross value of production, productivity and participation in the export tariff of the state, since this dynamism came accompanied by significant changes in the territorial productive structures. In this way, the process of concentration / deconcentration, dissemination and exclusion established a new territorial productive specialization, especially in soybean and cattle raising.

Keywords: Territorial productive process. Meso-regional expertise. Agriculture.

RESUMEN

La diversidad de productos agrícolas en Rio Grande do Sul es uno de los principales sectores económicos que generan ingresos en el estado. Entre 2009-2018, el valor bruto de la producción de los principales productos agrícolas del estado de Rio Grande do Sul creció de R $ 47,2 mil millones a R $ 53,8 mil millones. En exportaciones, el valor generado en 2018 fue de US $ 12,2 mil millones, lo que representa el 58,05% del valor total del estado y el 12% del valor total de la agroindustria brasileña. Por lo tanto, el objetivo central de este texto es identificar el desempeño productivo del sector agrícola de Rio Grande do Sul, con base en los indicadores del área plantada, el valor bruto de la producción, la productividad y la participación en la tarifa de exportación del estado, ya que este dinamismo se produjo. Acompañados por cambios significativos en las estructuras productivas territoriales. De esta manera, el proceso de concentración / desconcentración, difusión y exclusión estableció una nueva especialización productiva territorial, especialmente en la soja y la ganadería.

Palabras clave: Proceso de producción territorial. Peritaje mesoregional. La agricultura

Introdução

Com uma área de 281,7 mil km², o equivalente a 3,3% do território brasileiro, e uma população total em torno de 11,2 milhões de habitantes, sendo 86% desse total vivendo em áreas urbanas (FEE, 2017), o estado do Rio Grande do Sul é uma das principais economias na estrutura produtiva brasileira. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul foi de R$ 408,6 bilhões, o que correspondeu a 6,5% do total do valor gerado no Brasil (IBGE, 2019d). Nas exportações, participa com 8,7%, cerca de US$ 21,01 bilhões, do total exportado pela economia brasileira (BRASIL, 2019a).

Apesar de o setor de serviços ter apresentado um grande crescimento nas últimas décadas, a economia do Rio Grande do Sul é impulsionada pela agropecuária[1] e pela indústria de transformação. Com 441,4 mil estabelecimentos rurais e uma população rural de 1,6 milhão de pessoas, em 2017 (IBGE, 2019e), o valor bruto de produção2 (VBP) da agropecuária do Rio Grande do Sul foi de R$ 53,8 bilhões, em 2018, sendo 31,9% oriundos da pecuária e 68,1% da agricultura (BRASIL, 2019a). Em seu conjunto, a agropecuária representa 30% da estrutura econômica e foi responsável por 58,05% das receitas das exportações (BRASIL, 2019b) e 13% dos empregos no Rio Grande do Sul. Dos 318 mil empregados nos agronegócios3, 26,5% estão dentro da porteira, 13,1% antes e 60,5% depois da porteira (FEE, 2017).

Atualmente, o Rio Grande do Sul possui um *market share* de 70,03% de todo o arroz em casca do Brasil, 62,5% da produção de aveia, 50 % da produção de uva, 48,7% da produção de erva-mate, 47% da produção de fumo, 44,4% da produção de maçã, 45% da produção de pêssego, 25,5% da produção de trigo, 16,3% da produção de soja, 13,4% da produção de leite, 14,5% do rebanho suíno, 10,9% do rebanho de frango e 6,1% do rebanho bovino. Além disso, na produção de carnes, o estado possui 18,9% no ramo suíno, 12,6% dos frangos e 5,42% no bovino.

Diante do dinamismo e representatividade da agropecuária gaúcha4, este texto tem como objetivo principal desvendar o desempenho produtivo e as alterações ocorridas nas

1 No texto, optou-se pela agropecuária (lavouras e criações), pois caracterizou-se por significativa especialização e diferenciação mesorregional, com diversos territórios produtivos dominados pelas culturas de grãos e por rebanhos que outrora não exerciam essas funções. As abordagens territoriais são necessárias, pois "o complexo produtivo da agricultura desenvolveu-se com a formação de inúmeros segmentos produtivos com estruturas produtivas para mais além dos limites da agropecuária, rompendo com a concepção rural ao formar cadeias de produção que não mais se explicam pela dicotomia campo-cidade. A emancipação de atividades antes internas às propriedades rurais, que passaram a se constituir em novos ramos das cadeias de produção, fez a agropecuária perder espaço relativo no complexo produtivo dos agronegócios da agricultura. Nesse processo, em que cada vez mais, a produção passou a ser cada vez menos 'fruto da terra e do trabalho do homem', na acepção bíblica cristã, não apenas o trabalho foi potencializado e perdeu espaço para a mecanização e automação, mas também a terra perdeu espaço para a fertilização, correção e genética, que impulsionaram a produtividade da terra. A agropecuária moderna pode ser feita com menos terra e menos trabalho, mas com muito mais capital, estando inserida na lógica de expansão da reprodução ampliada do capital. O complexo de agronegócios da agricultura pode ser visualizado como uma estrutura de segmentos setoriais na qual a produção biológica passa a ser veículo estratégico para a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo" (GONÇALVES, 2005, p. 10-11). Dito isso, justifica-se a escolha metodológica pelo fato de que na agropecuária moderna a quantidade produzida e o VBP são métricas essenciais para o modelamento de territórios.

2 É a expressão monetária da soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado território econômico, num dado período de tempo. O VBP agropecuário representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, revertendo em uma variável relevante para acompanhamento do desempenho do setor na sua íntegra. O VBP agropecuário mostra a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano e corresponde ao faturamento bruto dentro do estabelecimento; é calculado com base na produção da safra agrícola e da pecuária, e nos preços recebidos pelos produtores nas principais praças do país, dos 26 maiores produtos agropecuários do Brasil. A estimativa do VBP é elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos e Análises (CGEA) do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos (DCEE), da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2018b). No entanto, Faria (1983, p. 109-110) assinala que esse agregado macroeconômico pode trazer distorções, como a dupla contagem, por exemplo. Diante disso, elaborou-se o "conceito de Valor Adicionado Bruto (VAB), que é utilizado como medida da riqueza social gerada em uma região ou país em determinado período. A definição do VAB é dada pela diferença entre o VBP e o consumo intermediário (CI). Isto é, o valor de todas as mercadorias que entram na produção de outras mercadorias é descontado do valor total das mercadorias produzidas". No texto, optou-se em utilizar VBP para o Brasil e o estado do Rio Grande do Sul, e VAB para as mesorregiões do estado para minimização das distorções regionais.

3 Diferentemente de uma vasta bibliografia que associa agronegócio à produção de commodities e o tamanho da área, define-se, aqui, os agronegócios como uma cadeia produtiva "que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários, pela transformação e o seu consumo final" (CONTINI et al., 2006, p. 6). Para o conjunto das atividades dos agronegócios, existe uma diversidade de os segmentos. Esses segmentos dividem-se em: (1) pré-porteira (indústrias de bens de capital e indústrias químicas e de embalagens; (2) dentro da porteira (agropecuária que corresponde às lavouras permanentes, lavouras temporárias, extrativismo vegetal, e produção pecuária); e (3) pós-porteira (agrosserviços). Para uma tipologia da diversidade dos segmentos dos agronegócios, ver Gonçalves (2005).

4 Gaúcho é o terno designado aos indivíduos e objetos relacionados ao estado do Rio Grande do Sul. Para melhor entender a origem e os significados da palavra gaúcho, ver: Meyer (1957).

estruturas regionais de produção pós-20035. Para atingir esse objetivo, usou-se a categoria formação socioespacial6 elaborada por Santos (1977), bem como a ideia de combinações geográficas de Cholley (1964)7. Segundo Santos (1977), uma formação socioespacial é uma realidade concreta, que se transforma, evolui e muda com o processo histórico. Trata-se de uma categoria das totalidades históricas que deve ser considerada como expressão socioespacial dos processos que se singularizam em virtude de determinadas combinações. Didaticamente, a formação socioespacial é uma realidade concreta histórica e geograficamente localizada. Assim, cada formação socioespacial é singular, na qual os processos gerais interagem com as características particulares, gerando combinações geográficas específicas.

Tendo em vista a diversidade produtiva no interior da agropecuária, procurou-se destacar o desempenho das atividades dentro da porteira, com relevo para as lavouras (temporárias e permanentes) e a pecuária. Para tanto, foram selecionados os principais produtos com representatividade na produção, área plantada, VBP, rentabilidade e participação na pauta exportadora sul-rio-grandense. Ainda do ponto de vista metodológico, utilizou-se a divisão mesorregional do estado do Rio Grande do Sul definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Na elaboração deste artigo, optou-se pela abordagem exploratória (GIL, 1994) que adota a busca de informações a respeito de certo assunto e envolve o levantamento bibliográfico e documental, com base em fontes primárias, secundárias e pesquisas de campo. Foram feitas análises de diferentes artigos, livros e teses, visando avaliar e situar a bibliografia relativa à temática exposta.

O levantamento de dados estatísticos foi realizado nos relatórios da Produção Agrícola Municipal (PAM) e no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), e em censos agropecuários ofertados pelo (IBGE). Buscaram-se, ainda, informações publicadas nos relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos documentos técnicos do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) e da Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, estruturalmente, o texto está dividido, afora da introdução e das considerações finais, em mais três partes, abordando: (i) uma síntese da ocupação territorial às transformações nas estruturas agropecuárias gaúchas; (ii) o desempenho da produção e da exportação dos principais produtos da agropecuária sul-rio-grandense; (iii) e o novo arranjamento territorial da agropecuária do Rio Grande do Sul.

Da ocupação territorial às transformações nas estruturas agropecuárias gaúchas: uma síntese

Com base em Souto Maior (1968) e Bernardes (1997), pode-se dividir a ocupação do estado do Rio Grande do Sul em duas grandes etapas (Figura 1). A primeira dela foi marcada por três correntes de povoamento. A corrente de ocupação pioneira foi realizada por

5 Justificam-se os anos pós-2003 em razão de a economia brasileira ter desenvolvido um ciclo de crescimento condicionado por fatores internos e externos. Internamente os investimentos foram assentados em três frentes (infraestrutura, recursos naturais e consumo de massa). Externamente, contribuíram a liquidez financeira mundial, a taxa de juros baixa no mundo, os investimentos externos diretos e a elevada demanda mundial por produtos agroalimentares e minerais (ESPÍNDOLA; 2016; BIELSCHOWSKY, 2013; BARBOSA, 2013).

6 O interesse do artigo é recuperar a categoria formação socioespacial como possibilidade de ser um mecanismo eficiente para interpretar a realidade da agropecuária nacional e de suas regiões.

7 Conforme Cholley (1964), essas combinações podem ser de três tipos: (i) aquelas que convergem de fatores físicos (a geomorfologia, a hidrologia, etc.); (ii) aquelas de complexidade maior de ordem física e de ordem biológica (o cerrado); e (iii) aquelas de ordem tridimensional, mais complexas e muito mais requintadas de detalhes, de ordens físicas, biológicas e humanas (agricultura, indústria, comércio). Essas combinações geográficas ampliam as possibilidades das análises, pois a realidade é fruto das relações contraditórias entre os aspectos naturais e humanos. Essas relações são estabelecidas em múltiplas escalas (mundial, nacional, regional e local) e permitem compreender um determinado objeto de estudo num universo mais amplo. Para uma combinação ser originalmente geográfica é necessário que ela interfira na totalidade de um grupo humano, pois o caráter geográfico é determinado pela relação espaço e tempo. Um determinado sistema agrícola é composto por combinações geográficas mais complexas, pois resultam da interação de elementos físicos (solo, clima, etc.), elementos biológicos (flora) e elementos humanos (máquinas e mão de obra). Assim, o homem, para escolher um determinado cultivo e as técnicas mais adequadas têm de observar as condições naturais que o cercam para obter as colheitas necessárias à sua sobrevivência.

jesuítas espanhóis, que atravessaram o Rio Uruguai e estabeleceram, em 1626, a primeira redução jesuítica (São Nicolau). "Embora o objetivo dos padres fosse a catequese, trataram também da disciplinação do elemento nativo numa diretriz econômica, desenvolvendo a agricultura, a pecuária e a exploração da madeira" (SOUTO MAIOR, 1968, p. 17)[8].

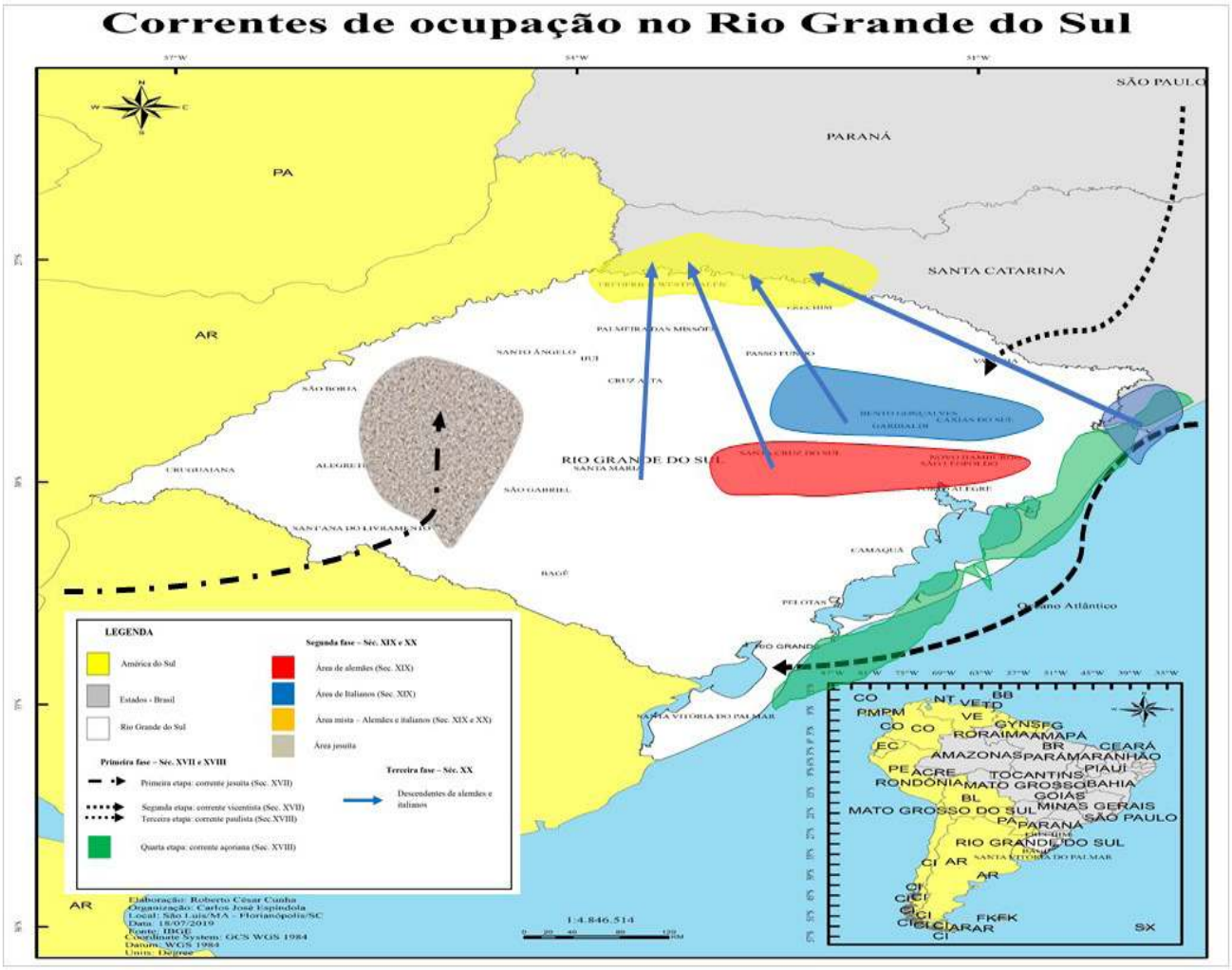


Figura 1 – Síntese da ocupação do território do Rio Grande do Sul
Fonte: IBGE. Elaboração: autores

A segunda investida nas terras do Sul do Brasil ocorreu em 1631, quando Raposo Tavares e outros bandeirantes destruíram as reduções do Guayra, o que forçou os padres a ocuparem a parte central do estado do Rio Grande do Sul, onde fundaram novas missões (VIEIRA, 1992). A população restante das reduções aniquiladas migrou para a outra banda do Uruguai e o gado dispersou-se para o Sul do rio Camaquã, área que se tornou conhecida como Vacaria do Mar (base de origem do rebanho da Campanha Gaúcha). O constante sequestro desse gado, por parte dos espanhóis vindos do Sul, obrigou os padres, após regressarem, a salvarem as cabeças restantes, reunindo-as em outra área (Vacaria dos Pinhais – zona de campos cercada de mata araucária) (JAEGER, 1956).

Completando as conquistas territoriais dessa corrente vicentista, a coroa portuguesa fundou a Colônia de Sacramento (1680) no rio da Prata (MAMIGONIAN, 1999, p. 68). O estabelecimento da Colônia de Sacramento inaugura a circulação entre ela e Laguna através do Litoral. Esse contato estimulou os vicentistas a ocuparem as Vacarias dos Pinhais, abrindo o caminho que atravessava a encosta da Serra Geral entre Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. Assenhorando-se das terras, esses ocupantes, juntamente com os paulis-

8 Essa ocupação baseava-se em uma diretriz econômica assentada na apropriação da renda de trabalho, pois o gado, a erva-mate, os produtos comerciais e parte da agricultura eram propriedades de Deus (Tupã-baé), que compartilhava essa economia com uma agricultura, propriedade do índio (Abã-baé). Segundo Vieira (1992), essa estrutura é algo muito próximo de um arcabouço feudal e estaria na gênese das estâncias feudais no continente de São Pedro.

tas, ao expulsarem os jesuítas e indígenas, criaram novas estâncias (SOUTO MAIOR, 1968)9.

A terceira corrente ocorreu nas áreas litorâneas de núcleos esparsos que não garantiam, ao governo português, a posse da região Sul. Tal fato levou a autoridade de Portugal a implantar, de Santa Catarina ao Rio Grande, o sistema de colonização com casais açorianos e madeirenses, o que concluiria a primeira etapa do processo de ocupação das áreas subtropicais do Brasil, conforme Figura 1.

Dado o exposto, pode-se afirmar que a fase inicial de ocupação das áreas do território do Rio Grande do Sul, teve como base as reduções jesuíticas espanholas, o deslocamento de bandeirantes vindos pelo interior, o movimento vicentista ordenado pelo litoral e, por último, a colonização açoriana-madeirense. É, portanto, a partir desses movimentos de ocupação que se origina a primeira macroformação regional socioespacial, caracterizada pela criação de gado nos campos e planaltos, e a pequena lavoura no litoral.

A segunda etapa do processo de ocupação das terras gaúchas se dá no primeiro quartel do século XIX. Assim, na década de 1820, estabeleceram-se colônias alemãs no vale inferior do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS). Essas ocupações não mediram esforços em expandir-se para outras áreas. "Os filhos de imigrantes, instalados em São Leopoldo/RS, por exemplo, adquiriram lotes resultantes do parcelamento de sesmarias da zona florestal" (MAIOR, 1968, p. 35).

Contudo, foi somente a partir dos anos 1840 que se estabeleceram definitivamente as colônias de povoamento. Entre 1849 e 1874, o governo provincial estabeleceu novas possessões nas encostas florestais da Serra (Santa Cruz e Santo Ângelo), ocupadas por imigrantes alemães. Waibel (1988) ressalta que na região serrana, entre São Leopoldo e Santa Cruz, especuladores e capitalistas que lotearam grandes áreas, à margem dos rios Caí e Taquari, venderam-nas aos colonos oriundos de São Leopoldo, dando início a uma intensa colonização particular.

A obra colonizadora prosseguiu rumo ao Oeste e estendeu-se de Torres até as proximidades de Santa Maria. Já os imigrantes italianos foram encaminhados, inicialmente, para as colônias de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, na encosta superior do Planalto, dominada pela mata de araucária. Visando à expansão das colônias italianas, no Planalto Oriental, o governo tratou de constituí-las ao norte do rio Taquari, Alfredo Chaves (1884) e Antônio Prado (1886).

O processo de colonização oficial e particular avançou nas áreas florestais isoladas dos cursos superiores dos rios Jacuí e Ijuí. A "ocupação dessa área tornou-se possível pela construção de uma estrada de ferro que segue a região aberta e o divisor de águas entre os rios Jacuí e Uruguai" (WAIBEL, 1988, p. 215). As empresas de colonização implantaram novas ocupações em Serro Azul, Panambi e, com a abertura da estrada de ferro de Cruz Alta a Passo Fundo (1845), fundaram as colônias de Não-me-Toque e General Osório. Waibel (1988) lembra ainda que a última fase de colonização do Rio Grande do Sul ocorre com a ocupação das áreas de matas que se estende ao longo do rio Uruguai (Erechim, por exemplo).

O processo de colonização oficial e particular tratou do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, de origem europeia, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (MAMIGONIAN, 1986). A maioria dos agricultores adquiriram uma propriedade de tamanho médio, em torno de 25 a 30 hectares, dispostos ao longo de certas linhas. Isto é, uma propriedade *minimale ackernahrung*, e um povoamento do tipo *waldhurfendorf*, conforme demonstrou Waibel (1988). Assim sendo, a segunda etapa de ocupação do território gaúcho, resulta na constituição da segunda grande macroformação socioespacial, caracterizada por uma pequena produção mercantil (ESPÍNDOLA, 2002).

Em seu processo evolutivo, a macroformação regional socioespacial caracterizada pela criação de gado nos campos e planaltos, altera seu quadro agrário em razão do desenvol-

9 Ainda, por estímulos da coroa portuguesa, a economia natural que se desenvolvera no planalto paulista, com destaque para a criação de bovinos, expandiu-se para o Sul: Vacaria, Cruz Alta e São Borja (MAMIGONIAN, 1999).

vimento das charqueadas, pela implantação dos frigoríficos e pela a introdução da cultura do arroz e do trigo. Já a segunda macroformação socioespacial, diversifica-se em uma agricultura comercial com o milho, fumo, leite, uva, soja e criação de suínos (DUARTE; MARICATO, 1968).

O processo modernizador da agricultura do Rio Grande do Sul, iniciado em 1960 e acelerado nos anos de 1970, promoveu significativas alterações na estrutura produtiva[10]. De um lado, forjou o surgimento de diferentes agronegócios que não mediram esforços no aumento da produção agropecuária, na ampliação dos ganhos de escala, na diversificação das atividades produtivas, na incorporação de sementes melhoradas, no avanço do manejo zootécnico (FONTOURA, 2000), na introdução de novos processos e produtos, na implantação de novas relações de produção, na dissolução da estrutura produtiva rural autossuficiente, etc. (BRUM, 1982; BRUM, 1985). De outro, emergiu um número significativo de pequenos, médios e grandes produtores que não mediram esforços em aprofundar a relação agricultura e indústria. As escalas ampliadas de produção, decorrentes do alargamento da integração agricultura e indústria, promoveram a exclusão de pequenos produtores que não conseguem acompanhar esse processo (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001).

A modernização da agropecuária gaúcha pós-1960, foi a base sobre a qual se assentou a agricultura nos anos de 1980. Em um contexto de recursos escassos (fim do crédito agrícola) e insumos caros, os produtores agrícolas apoiaram-se na eficiência produtiva para obterem crescentes níveis de produção. "Esses procedimentos se refletiram num substancial aumento da produtividade física da terra e, conseqüentemente, no crescimento da produção agrícola" (FÜRSTENAU, 1990).

Nos anos de 1990, a agropecuária a jusante e a montante de grãos (milho, soja, trigo e arroz), carnes (bovinos, frango e suínos), frutas (uva), leite e derivados, fumo, entre outros, passou por um intenso processo de reestruturação técnico-econômica[11]. A participação do PIB da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul cresceu de 41,7%, em 1995, para 50,1%, em 2003. A variação acumulada do PIB do complexo agrícola foi de 58%, o que representou uma participação de 67,1% na agropecuária gaúcha, reduzindo a importância da pecuária para 32,9% (GILHOTTI, et al., 2005). Em valores nominais, entre 1994 e 2000, o VBP das lavouras aumentou 106,6%; o da produção animal, 227,3%; e o da agropecuária total, 147,1% (SAMPAIO; FÜRSTENAU, 2003).

Entretanto, Accurso (2000), afirma que a produção física média das culturas, como trigo, cana-de-açúcar, mandioca e uva, teve decréscimo entre 1990-1998, se comparado com o período de 1985-1990. Em termos de área colhida, houve diminuição na soja, trigo, mandioca, uva e feijão. Entre 1990-2000, enquanto a produção de arroz apresentou uma variação de crescimento de 55,93%, a produção de feijão cresceu apenas 3,8%, contra uma redução da produção do milho (-54%), da soja (-24,23%) e do trigo (-24,31). Excetuando-se o arroz, que apresentou aumento da área plantada, as culturas de milho, soja, feijão e trigo tiveram redução da área plantada. Na pecuária, houve uma diminuição do número de bovinos, um aumento em 10,38% no efetivo de suínos e um crescimento no abate de aves em 77%.

Em termos gerais, o desempenho quantitativo do setor agropecuário gaúcho, na década de 1990, foi, com raríssimas exceções, bastante negativo, especialmente quando comparado com outros estados (SAMPAIO; FÜRSTENAU, 2003). A agropecuária gaúcha, no período de 1990-2000, teve, na produtividade física, sua característica marcante (ACCURSO,

10 O modelo agrícola adotado, com aporte estatal, tinha como objetivo elevar o consumo de capital e tecnologia. Até a década de 1960, o Rio Grande do Sul era um estado da federação brasileira que concentrava cerca de 25% do total de maquinário de tratores utilizados na agropecuária brasileira. Entre 1965-1975, o Rio Grande do Sul destacava-se na elevação da produção de soja, da bovinocultura, de leite, de trigo e de arroz (SERPA; CATAFESTA, 2009).

11 Em termos gerais, as reestruturações técnico-econômicas resultaram: (i) no aumento das fusões e aquisições, na desnacionalização de diferentes segmentos; (ii) no aumento das terceirizações; (iii) na incorporação de novas tecnologias; (iv) no abandono e redirecionamento para novas atividades (turismo rural, agroindústrias familiares, pequenas cooperativas, etc.); (v) na maior integração vertical e horizontal nas cadeias produtivas; (vi) na redução do número de produtores menos capitalizados e com menor produtividade, em contraposição à ampliação da importância dos produtores com melhor nível técnico; (vii) na ampliação da capacidade produtiva; (viii) na especialização produtiva; (ix) no surgimento de novos mecanismos de financiamento e de crédito aos agronegócios como, por exemplo - Certificado de Mercadoria com Emissão de Garantia, a Cédula do Produto Rural, o Certificado de Depósito Agropecuário, o Warrant Agropecuário, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, a Letra de Comércio Agrícola, o Certificado de Recebíveis do Agronegócio e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BENETTI, 2000; FONTOURA, 2000; ESPÍNDOLA, 2002; 2016, SOUZA, 2014; MAZZOCHIN, 2016; FARIAS, 2015; CAMILO, 2018).

2000). Cabe destacar ainda que o processo de reestruturação técnico-econômica em curso nos anos de 1990, promoveu novas características produtivas no quadro agrário do Rio Grande do Sul pós-2000.

Desempenho da produção e da exportação dos principais produtos da agropecuária sul-rio-grandense

Conforme IBGE (2019d), o PIB estadual do Rio Grande do Sul, em 2016, atingiu R$ 408,6 bilhões a preços correntes. Entre 2003 e 2016, o crescimento acumulado foi de R$ 289,3 bilhões. Na agropecuária, constata-se a fundamental importância na geração de receita na economia do estado. Nos últimos dez anos, o VBP na agropecuária passou de R$ 47,2 bilhões, em 2009, para R$ 53,8 bilhões, em 2018, o que representa um crescimento da ordem de 13,9% (BRASIL, 2019b).

Assim, o valor gerado de mais de R$ 53,8 bilhões, em 2018, representou 9,4% de todo o valor bruto da agropecuária brasileira. No mesmo ano, o VBP das lavouras gaúchas atingiu R$ 35,5 bilhões, cooperando com 9,2% dos R$ 383,3 bilhões gerados nas lavouras brasileiras. Na pecuária, o VBP, entre 2009 e 2018, aumentou de R$ 15,1 bilhões para R$ 18,3 bilhões, correspondendo a 9,8% do total dos R$ 185,8 bilhões da pecuária nacional.

Desse modo, quando se desincorpora o VBP (Figura 2), vê-se que o total do valor gerado pelas lavouras temporárias cresceu de R$ 13,8 bilhões para R$ 34,3 bilhões, significando um acréscimo real de 2,49 vezes (R$ 20,5 bilhões). No referente ao VBP nas lavouras permanentes, o aumento no período foi de 2,58 vezes (R$ 1,9 bilhão) – passou de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,1 bilhões. No amontoado, o VBP total das lavouras obteve um impulso dinâmico de 2,47 vezes, ou seja, um incremento de R$ 22,3 bilhões na economia do estado do Rio Grande do Sul.

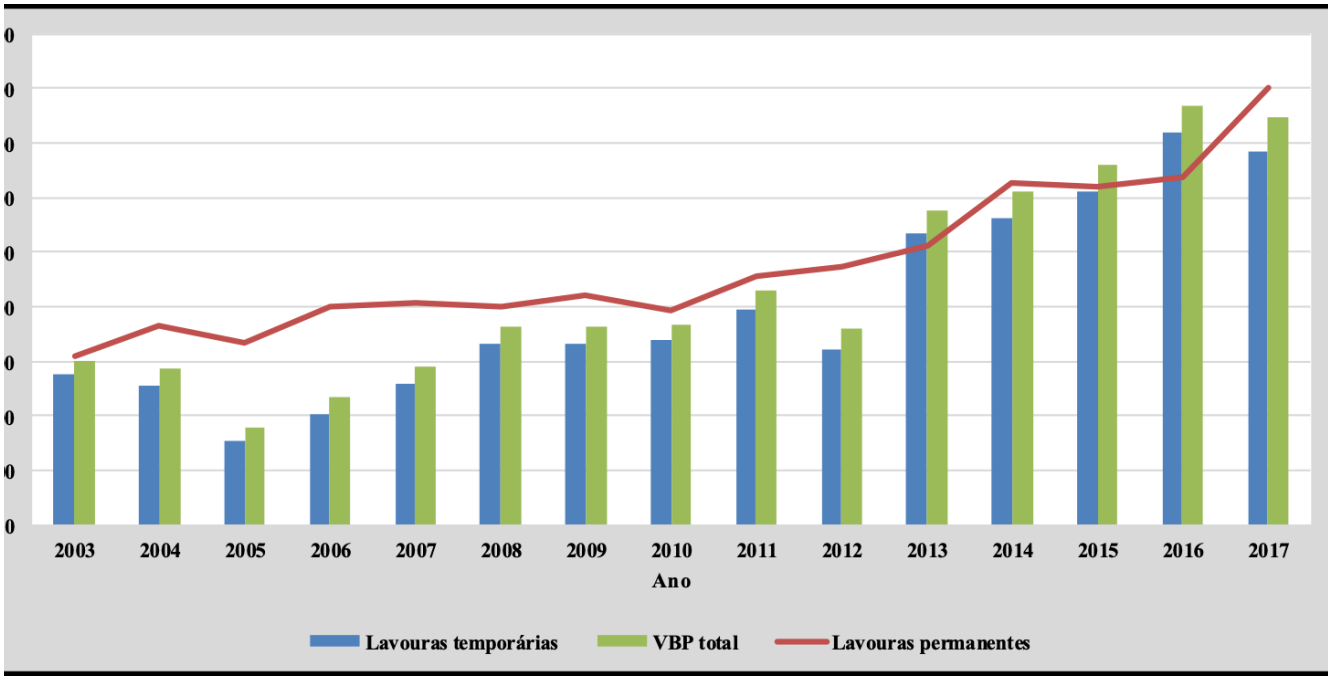


Figura 2 – Valor Bruto da Produção das lavouras no estado do Rio Grande do Sul (mil de R$)
Fonte: IBGE (2019a)

No que diz respeito aos produtos específicos das lavouras temporárias, consoante a Figura 3, o VBP da cultura de soja no estado gaúcho passou de R$ 5,4 bilhões, em 2003, para R$ 18,1 bilhões, em 2017. Essa expansão representou 235,1%, vale dizer, 3,35 vezes, o que lhe concerne uma representação de 16,1% do VBP do total dessa cultura no Brasil (R$ 112,1 bilhões), consolidando o estado como terceiro produtor de soja nacional, perdendo apenas para os estados do Mato Grosso e do Paraná, pela ordem. Sobressai-se, igualmente, o crescimento da receita auferida na produção de arroz, no período em tela, de R$ 3,01 bilhões para R$ 6,9

bilhões, totalizando uma adição de 130% (2,3 vezes). Com isso, o Rio Grande do Sul está na liderança absoluta com 71,1% do VBP da rizicultura nacional (R$ 9,7 bilhões). Nas lavouras de fumo, o estado, também, ocupa o primeiro lugar; a renda auferida representou 48,5% do VBP do Brasil (R$ 6,8 bilhões). Em 2003, saiu de R$ 1,3 bilhão para R$ 3,3 bilhões, em 2017, somando acréscimo de 2,53 vezes ou 153%.

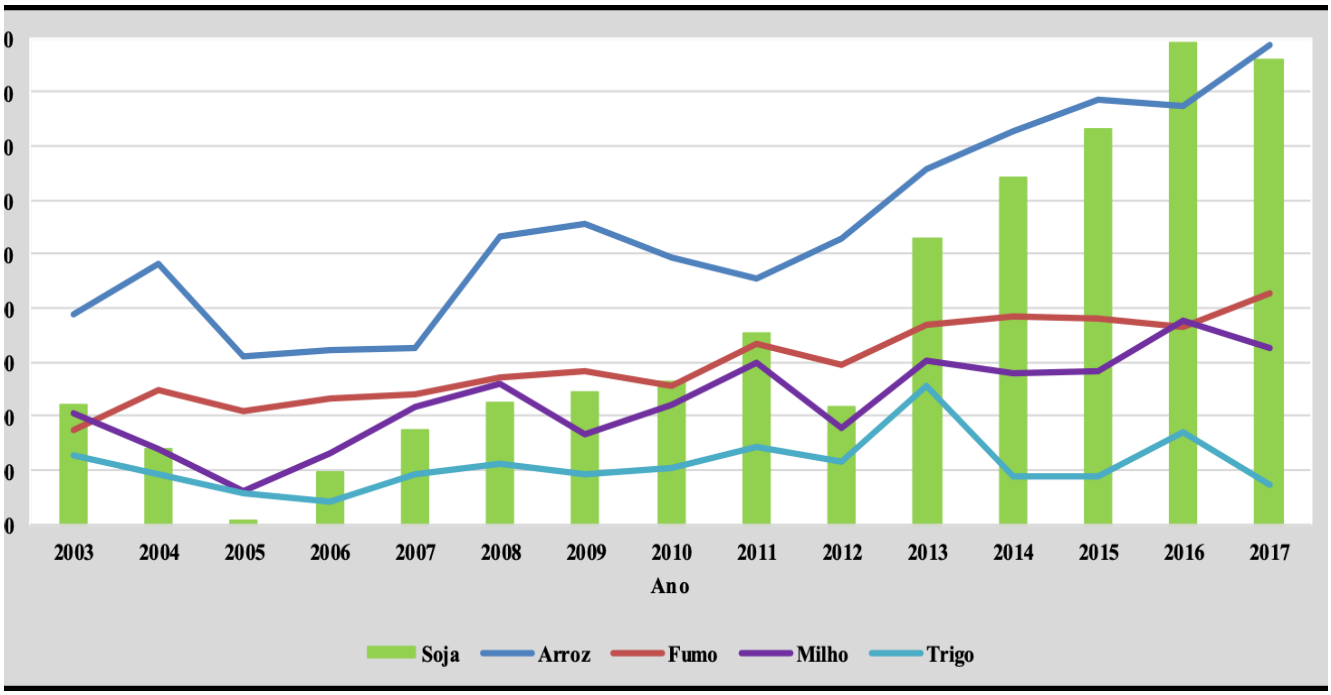


Figura 3 – Valor Bruto da Produção dos produtos das lavouras temporárias no Rio Grande do Sul (mil de R$)

Fonte: IBGE (2019a)

Além do mais, as plantações de milho também ganham destaque pelo crescimento das receitas no período entre 2003 e 2017, (Figura 3). Tal cultivo saiu de R$ 1,5 bilhão para R$ 2,5 bilhões, acumulando liquidez de 66,6% (1,6 vez). A triticultura foi a única que sofreu deterioração na arrecadação estadual de VBP. Passou de R$ 991 milhões para R$ 561 milhões, fechando o intervalo de tempo com involução de 43,3%; participando com 23,9% das somas monetárias das lavouras de trigo do Brasil (R$ 2,3 bilhões)[12].

Seguindo no que diz respeito aos produtos das lavouras permanentes, de acordo com a Figura 4, a ênfase vai para a cultura da uva, que obteve um crescimento no VBP de R$ 459 milhões, em 2003, para R$ 1,21 bilhão, em 2017. O índice percentual acrescido no período ficou em 189,2% (2,89 vezes), dividindo a primeira colocação no *ranking* nacional, em conjunto com o estado de Pernambuco13, em VPB nessa cultura, com 34,5%. Realça-se, igualmente, a plantação de maçã, na qual o Rio Grande do Sul tem elevada competitividade em parceria com o estado de Santa Catarina14, que, em 2003, era de R$ 241,1 milhões e passou, em 2017, para R$ 777,9 milhões, computando um evolutivo crescente de 222,6% (3,22 vezes), o que evidenciou o maior arrecadamento do Brasil (R$ 1,6 bilhão) com 49,6%.

12 Continuando as lavouras temporárias do estado do Rio Grande do Sul tem-se no ano de 2017: a aveia, primeiro lugar nacional, cujo faturamento das vendas atingiu R$ 138,2 milhões; a batata inglesa, que arrecadou de VBP R$ 291,5 milhões; o feijão com R$ 261,1 milhões de VBP; a batata-doce com R$ 193,8 milhões, consolidando-se em primeiro lugar, com 25,5% do VBP do país; e o tomate e a cebola com, pela ordem, R$ 158,2 milhões e R$ 96,4 milhões de arrecadação da comercialização desses bens agrícolas.

13 Em 2017, Pernambuco faturou em VBP da uva R$ 1,27 bilhão, somando 36,2% do VBP do país (IBGE, 2019a).

14 Em 2017, Santa Catarina recebeu em VBP da maçã R$ 729,4 milhões, ficando com 45,5% do VBP do país (IBGE, 2019a).

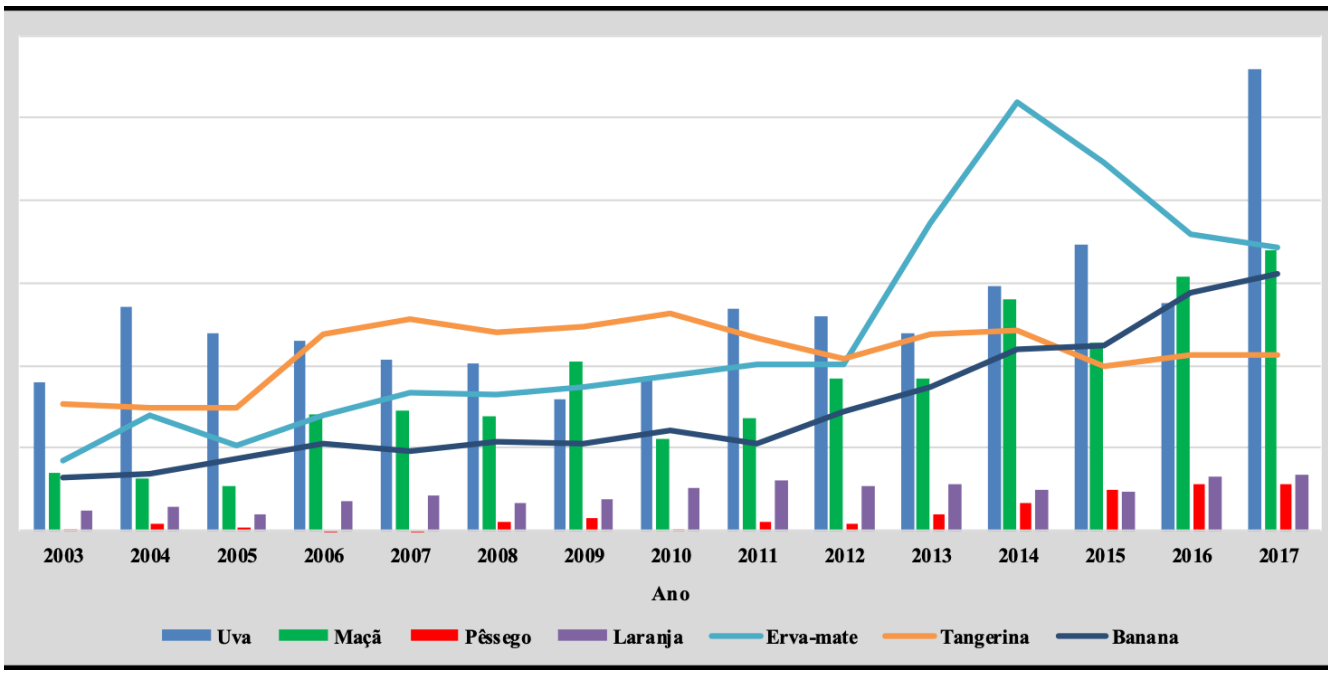


Figura 4 – Valor Bruto da Produção dos produtos das lavouras permanentes do Rio Grande do Sul (mil de R$)

Fonte: IBGE (2019a)

Outrossim, permanecendo na Figura 4, ressalta-se a importância para economia gaúcha dos rendimentos dos VPBs das lavouras de pêssego, erva-mate, tangerina, laranja e banana. Em 2017, com R$ 212,8 milhões, o pêssego tem o maior VPB do Brasil; a erva-mate com R$ 200 milhões, segundo lugar no escores dos estados; e a tangerina, terceiro maior VPB com R$ 124,3 milhões; a laranja, naquele mesmo ano, mensurou o VBP de R$ 234,3 milhões (índice no período de 56,4%); e a banana com R$ 182 milhões, registrou 378,9% (4,78 vezes) no geral da seriação.

Essa dinâmica positiva do VBP nas lavouras do Rio Grande do Sul, com exceção do trigo, harmonizou-se com o aumento da área plantada das culturas temporárias, conforme esclarece a Tabela 1. Entre 2003 e 2017, o alargamento da área cultivada ficou na casa de 1,16 milhão de hectares (15,1%), passando de 7,74 milhões de hectares para 8,9 milhões hectares. Essa expansão significativa aconteceu, principalmente, na área plantada de soja, saindo, do início do período em quadra, de 3,59 milhões de hectares para 5,54 milhões no final, acumulando uma alta de 54,3%, com adição de terras cultivadas de 1,95 milhão de hectares. A diferença entre o acréscimo da área da soja para área total das lavouras temporárias alcançou 790 mil hectares, isso porque as culturas do milho, fumo e trigo obtiveram dilatações negativas de área plantada, respectivamente: 41,31% (585 mil hectares); 3,5% (7 mil hectares); 34,9% (372 mil hectares).

	2003	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Área plantada (em hectares)							
L. temporárias	7744954	7783099	7893148	7955427	8582911	8794564	8907020
L. permanentes	172225	176145	177953	174426	178549	171957	165128
Arroz	962210	1023330	1110601	1169849	1085648	1127916	1104732
Milho	1416777	1422060	1385754	1100309	1033728	854793	831221
Fumo	196369	243249	221849	223867	203823	199961	189369
Soja	3591970	3868501	3823246	4075389	4727833	5263899	5541860
Trigo	1063894	699451	859790	932390	1059032	882566	691563
Uva	38533	44298	48259	49198	50056	49739	48397
Maçã	13355	15260	16278	17124	17980	16383	15536
Pêssego	16343	14706	14748	14679	13164	12582	12516
Erva-mate	42688	39787	36876	30840	34909	33222	30780
Produção (em toneladas) 2005 | 2008 | 2010 | 2012 | 2014 | 2016							
	2003	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Arroz	4697151	6784236	7977888	8940432	8099357	8679489	8733110
Milho	5426124	4528143	4186862	5772422	5419780	5563555	6058900
Fumo	322078	472726	443813	499455	430905	414932	414488
Soja	9579297	7559291	8025322	11717548	12756577	15700264	18744186
Trigo	2395557	823062	1912138	2744936	3351150	1391829	1192918
Uva	489015	623878	737363	830286	807693	876215	956887
Maçã	329461	328091	556556	634436	642987	598512	577774
Pêssego	112005	86901	140702	129295	136841	128924	171369
Erva-mate	238949	229569	258651	272719	265515	292416	302000
Produtividade (em quilogramas por hectare) 2005 | 2008 | 2010 | 2012 | 2014 | 2016							
Arroz	4883	6631	7187	7648	7473	7738	7925
Milho	3833	3226	3174	5250	5398	6509	7298
Fumo	1641	1944	2008	2231	2114	2078	2189
Soja	2667	1956	2099	2876	2698	2983	3385
Trigo	2253	1355	2234	2944	3164	1592	1728
Uva	12696	14083	15279	16877	16224	17618	19781
Maçã	24669	21500	34190	37050	35763	36566	37189
Pêssego	6866	5909	9541	8808	10395	10253	13692
Erva-mate	7829	7795	8538	8859	9447	9753	9856

Tabela 1 –Rio Grande do Sul – área plantada, produção e produtividade (2003-2016)

Fonte: IBGE (2019a)

Em referência às lavouras permanentes, o comportamento geral da área cultivada foi inverso dos VBPs dos produtos. Em 2003, o total foi de 172,2 mil hectares, que foi subtraído, até 2017, para 165,1 mil hectares (-4,1%). Nos produtos dessas lavouras, a cultura do pêssego e da erva-mate contribuiu para queda da área plantada. A primeira caiu de 16,3 mil para 12,5 mil hectares, e a última, de 42,6 mil para 30,7 mil hectares, o que, no período, se calcula uma percentagem involutiva de 23,3% e 27,9% respectivamente. Contudo, a plantação de uva com crescimento de 25,4% (9,8 mil hectares) e a de maçã com aumento de 16,5% (2,2 mil hectares) proporcionaram a minimização do impulso decrescente da área cultivada das lavouras permanentes.

Ainda na Tabela 1, percebe-se que todos dos produtos das culturas temporárias e permanentes obtiveram resultados positivos no volume da quantidade produzida. As lavouras de soja, em 2003, produziram 9,5 milhões de toneladas de grãos e, em 2017, avançaram para 18,7 milhões, um aumento de 96,8%, quase duas vezes mais (9,2 milhões de toneladas), o que transformou o estado gaúcho em terceiro maior produtor nacional. No mesmo intervalo, as lavouras de arroz produziram 4,1 milhões de toneladas a mais, computando 89,1%; de longe, o Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do Brasil, com 70,03% da produção. O milho obteve um crescimento relativo mais tímido entre os produtos das lavouras temporárias, partiu de 5,4 mil toneladas para 6,0 milhões, o que significou uma expansão de 11,1% no período.

Da mesma forma, constata-se, na Tabela 1, que a fumicultura aumentou a produção de 322 mil toneladas para 414,4 mil (28,6%), o que ratificou o estado em primeiro lugar, com 47% da produção da país. As culturas da uva e da maçã tiveram as maiores ampliações da produção das lavouras permanentes. Os vinhedos do Rio Grande do Sul, que são os maiores produtores do país com 50,04%, quantificaram 956,8 mil toneladas em 2017, quase dobrando a produção na série (95,6%). As macieiras representaram a segunda maior safra nacional com 44,4%, o estado gaúcho colheu 577,7 mil toneladas no derradeiro ano da sequência analisada, com aumento de 75,3% no geral da série. Ao mesmo tempo, na cultura do pêssego (maior safra do Brasil com 45%, em 2017) o crescimento foi positivo, na casa de 52,9%, totalizando no período um acréscimo de 59,3 mil toneladas. Na erva-mate, o avolumamento da quantidade produzida foi de 26,4%, atingindo na última safra 302 mil toneladas, garantindo a melhor resultado do país. Porém, apenas o trigo atingiu decréscimo produtivo dos bens agrícola em tela, em torno de 47,8%.

Permanecendo na Tabela 1, a produtividade média de todos os produtos cresceu, exceto o trigo que caiu 23,3%. Os aumentos registrados nas outras culturas, entre 2003 e 2017, foram: arroz com 62,2%; milho com 90,3%; fumo com 33,3%; soja com 26,9%; uva com 56,3%; maçã com 50,8%; pêssego com 100,1%; e a erva-mate com 25,6%. A redução da área de lavouras permanentes não provocou a diminuição global da quantidade colhida dos produtos analisados, pois o rendimento médio, entre 2003 e 2017, acresceu no mínimo em 25%[15].

Com o sucesso da rizicultura nas três variáveis analisadas, apesar das fortes chuvas nas áreas de plantio, o Ministério da Agricultura reajustou, na safra 2016/2017, o preço mínimo da saca de 50 quilos de R$ 29,67 para R$ 34,97 (CONAB, 2018). Essa medida estimulou os rizicultores a anteciparem e ampliarem a aplicação de herbicidas pré e pós-emergentes, e o início da irrigação.

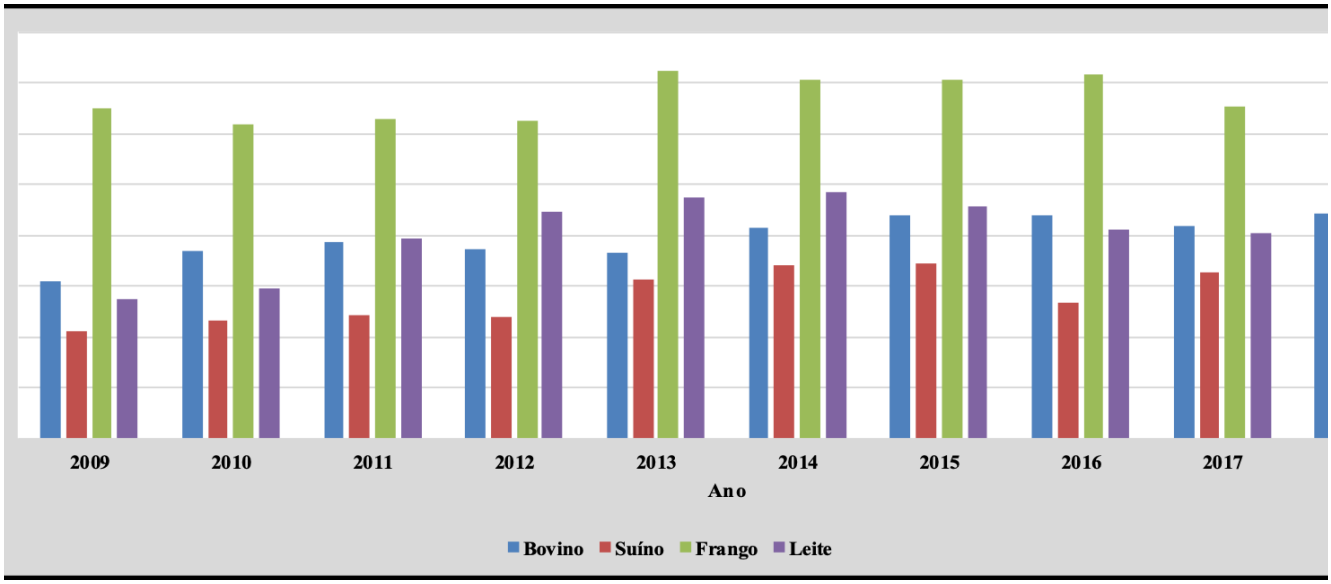
Na fumicultura, apesar das constantes altas dos preços desde 2006, ocorrem momentos de expansão e retração da produção, em virtude das adversidades climáticas (geada, granizo e excesso de chuvas), ocorridas em 2009/2010/2011, e do aumento sistemático dos custos de mão de obra, que por sua vez, está escassa. O crescimento da produção de soja não está, apenas, diretamente associado ao aumento da área plantada e da produtividade.

15 Nas lavouras permanentes no Rio Grande do Sul, a produtividade foi um elemento fundamental para entender a dinâmica produtiva de todos os produtos agrícolas em tela. Uma variável importante é o número de estabelecimentos. As evoluções dos estabelecimentos, com mais de 50 pés, de todos os produtos analisados foram negativas. Na uva, em 2006, era 21,1 mil unidades e, em 2017, passou para 14,6 mil. No mesmo período, a maçã na mesma variável sai de 838 unidades para 768. O pêssego encolheu de 3,8 mil unidades para 3,1 mil, e a erva-mate, de 8,2 mil para 7,2 mil unidades (IBGE, 2019 censos).

Isso pois, vários produtos tiveram redução de sua área plantada e aumento da produção, como o fumo, milho, pêssego e erva-mate. Do mesmo modo, são responsáveis pela produção das lavouras de soja do Rio Grande do Sul: (i) boas condições edafoclimáticas; (ii) preços favoráveis; (iii) medidas político-institucionais16; (iv) intenso desenvolvimento de inovações tecnológicas em produtos, processos; (v) crescente inserção no mercado internacional pela demanda dos países asiáticos, sobretudo, China (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015).

A produção de trigo, mesmo com política governamental de estímulo ao plantio via aumento do preço mínimo de garantia17, caiu nas três variáveis analisadas, sobretudo, além de problemas climáticos desencadeados pelo fenômeno El Niño, pela perda de competitividade do trigo argentino. Além do mais, os produtores estão desestimulados por causa dos altos custos de produção, e, ainda, por conta do impulso da lucratividade das culturas de verão (milho e soja). Na cultura do milho, houve ampliação tanto em produção quanto em produtividade. Entretanto, é nítida a queda na área plantada, pois, segundo Cunha e Cruz (2017, p. 753), "a relação entre custos de produção e da capacidade de rendimento das culturas, em geral, quando o preço da soja é pelo menos 2,3 vezes o preço do milho, a produção de soja é mais favorável ao produtor" 18.

Em concordância, de modo geral, com as lavouras, a pecuária gaúcha, de acordo com a Figura 5, o VBP dos bovinos, entre 2009-2018, cresceu 46,6%, passando de R$ 3,08 bilhões para R$ 4,4 bilhões, o que representa 5,7% do VBP nacional. Por sua vez, os suínos expandiram-se em 23,8%, saindo de R$ 2,1 bilhões para R$ 2,6 bilhões, conquistando 18,7% da soma do país. Em contrapartida, o VBP dos frangos obteve uma dinâmica menos acelerada com 3,1%, passando de R$ 6,4 bilhões para R$ 6,6 bilhões, ratificando o estado como o terceiro maior faturamento do Brasil com 12,4%. E o leite significativamente cresceu 40,7%, passando de R$ 2,7 bilhões para R$ 3,8 bilhões (o quarto lugar no *ranking* brasileiro).



16 Dentre as políticas públicas do Governo Federal destacam-se: (a) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); (b) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (c) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (d) Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros. Para o conjunto do agronegócio, o governo brasileiro direcionou o BNDES e o Banco do Brasil como principais agentes do financiamento agropecuário (PADILHA; ESPÍNDOLA, 2015). Sobre o progressivo sistema de inovações tecnológicas, tanto de empresas privadas e públicas, sobretudo da Embrapa Soja, ver detalhes em Cunha; Espíndola (2016).

17 Em 2017, o preço mínimo da saca de trigo havia sido estabelecido em R$ 37,26, entretanto, chegou a ser vendido a R$ 29,00 (CONAB, 2018).

18 Ainda, conforme dados do IBGE (2019a), outros produtos das lavouras temporárias no estado do Rio Grande do Sul tiveram crescimento negativo em área cultivada entre 2003 e 2017; tiveram, porém, crescimento na produção por causa do aumento da produtividade os seguintes itens: batata-doce – área plantada de 14,3 mil para 12,9 mil hectares – produção de 163,6 mil para 186,1 mil toneladas; batata-inglesa – área plantada de 29,4 mil para 19,3 mil hectares – produção de 313,1 mil para 484,5 mil toneladas; cebola – área plantada de 13,6 mil para 7,8 mil hectares – produção de 123,3 mil para 175,7 mil toneladas; tomate – área plantada de 2,6 mil para 2,2 mil hectares – produção de 98,6 mil para 116,7 mil toneladas. As plantações de aveia cresceram nas duas variáveis – área plantada, de 42,6 mil para 253,5 mil hectares – produção de 80,1 mil para 398 mil toneladas. O feijão regressou [regressou? Não entendi?] – área plantada de 160,2 mil para 68,2 mil hectares – produção de 137,8 mil para 98,7 mil toneladas. Na cultura permanente da banana aumentou a área plantada de 10,7 mil para 11,8 mil hectares e a produção de 114,6 mil para 135,1 mil toneladas. Entretanto, na contramão da tendência do feijão, a cultura da tangerina não se dinamizou. A área plantada caiu de 13 mil para 11,6 mil hectares – produção de 171,7 mil para 142,4 mil toneladas.

Figura 5 – Valor Bruto da Produção dos produtos da pecuária no Rio Grande do Sul (mil de R$)
Fonte: (BRASIL, 2019b).

Desse modo, em conjunto com o aumento do VBP nos produtos do Rio Grande do Sul da pecuária[19], entre 2003-2017 (Tabela 2), a variação acumulada do crescimento do número de animais abatidos no segmento bovino alcançou 99,1%, passando de 968 mil para 1,9 milhão de unidades, e a quantidade produzida de carne com as carcaças foi de 54,6%, partiu de 271 mil e alcançou 419 mil toneladas. Na mesma escala de tempo e de dimensões, o ramo suíno representou um aumento de 67,6% no abatimento de animais, pois passou de 4,7 milhões para 8,02 milhões de cabeças. O aumento de 94,1% no amontoado foi registrado na quantidade produzida de carne: de 374 mil cresceu até 726 mil toneladas. Ainda na Tabela 2 atenta-se, no período, para o crescimento de 38,9% no escore de abate, saindo de 609 milhões para 846 milhões de frangos. Na produção de carnes de carcaças dos frangos, registrou-se uma taxa de 57,1%; a produção que era de 1,05 milhão alcançou 1,6 milhão. Da mesma maneira, a produção de leite apresentou índice de 97,4% no período em análise e, na última safra da série, alcançou 4,5 bilhões de litros.

	2003	2006	2009	2011	2013	2015	2017
Abate bovino (em mil)	968	2045	1559	1883	1919	1820	1927
Abate suíno (em mil)	4785	6300	6994	7316	7953	7921	8020
Abate de frango (em milhões)	609	634	755	763	765	799	846
Qt. pro. bovino (em mil de t)	271	444	340	410	422	392	419
Qt. pro. suíno (em mil de t)	374	534	636	697	676	702	726
Qt. pro. frango (em mil t)	1056	1222	1418	1457	1554	1610	1660
Qt. pro. leite (em milhões litros)	2305	2625	3400	3879	4508	4599	4551

Tabela 2 – Abate de animais e quantidade produzida de carcaças

Fonte: IBGE (2019b; 2019c)

Essa vitalidade na pecuária sul-rio-grandense proporcionou uma nova divisão territorial do trabalho, com o aumento de participação do estado, pois decorre do déficit de milho, o que tem forçado as agroindústrias de aves e suínos para novas áreas. Com isso, fizeram-se novas inversões na agroindústria de carnes para o Nordeste e Norte do país, que contribuíram para a explicar essa configuração territorial, entre elas: (i) economia de escala e de envergadura (mega-abatedouros, novos sistemas criatórios, menor e outro tipo de produtor); (ii) economia de custo de transação na aquisição de insumos; (iii) proximida-

19 Na pecuária, apesar da redução das áreas de pastagens naturais e diminuição do número de produtores de suínos e de aves, a produção aumentou. Em cinco anos, o número de matrizes de suínos alojadas no estado do Rio Grande do Sul caiu de 578,7 mil cabeças para 568,8 mil cabeças, o que representa 11,9% das matrizes alojadas no Brasil. No efetivo geral do rebanho suíno, o Rio Grande do Sul aumentou de 4,1 milhões de cabeças (terceiro lugar, com 12,8% do total nacional), em 2003, para 5,9 milhões em 2017 (terceiro lugar, com 14,5% do efetivo brasileiro) (IBGE, 2019b). O rebanho de frangos, no mesmo período, pulou de 127,4 milhões de cabeças (quarto lugar, com 13,8% do rebanho nacional) para 156,2 milhões (terceiro lugar, com 10,9% do total brasileiro). No que tange à ordenha de vacas, o número de cabeças aumentou de 1,18 milhão para 1,36 milhão, o que coloca o estado como o quarto maior rebanho leiteiro do país. Contudo, o número do rebanho de animais bovinos efetivos diminuiu de 14,5 milhões de cabeças, em 2003, para 13,3 milhões, em 2017 (IBGE, 2019b).

de dos mercados consumidores com potencial de crescimento; (iv) estratégias de fusões e aquisições, etc. (ESPÍNDOLA, 2009).

Além do crescimento do VBP, da produção e dos índices de produtividade, os produtos da agropecuária do Rio Grande do Sul apresentaram dinâmica recente em suas exportações. Sendo assim, foram responsáveis por mais de 58,05% das exportações totais do estado e por 12% das exportações totais dos agronegócios brasileiros (US$ 101,6 bilhões). Entre 2003-2018, as receitas auferidas no mercado externo obtiveram um crescimento de 2,3 vezes. No mesmo período, as exportações do agronegócio passaram de US$ 5,2 bilhões para US$ 12,2 bilhões, as exportações totais sul-rio-grandenses cresceram de US$ 8 bilhões para US$ 21,01 bilhões (BRASIL, 2019a).

Em termos de produtos, a Figura 6 demonstra que as exportações dos produtos de criações cresceram 103,1%, passando, entre 2003-2018, de US$ 731,5 milhões para US$ 1,48 bilhão. As exportações de produtos do complexo da soja alcançaram uma porcentagem de 326,2%, crescendo de US$ 1,45 bilhão para US$ 6,18 bilhões, contra um aumento percentual de 220,6% dos produtos do complexo florestal[20], que saíram de US$ 388,9 milhões para US$ 1,24 bilhão, no mesmo período. O complexo do fumo apresentou uma taxa de 61,1%, aumentou de US$ 964,9 milhões para US$ 1,55 bilhão. Nas exportações dos produtos agropecuários totais, esses quatros complexos correspondem a 85,6% e concentram-se, principalmente, em produtos como: soja em grãos, que cresceu de US$ 839,3 milhões para US$ 5,03 bilhões (41,2%); carnes de frango, saindo de US$ 495 milhões para US$ 830,3 milhões (6,8%), no período em análise; e a celulose passou de US$ 93,6 milhões para US$ 798,8 milhões (6,5%).

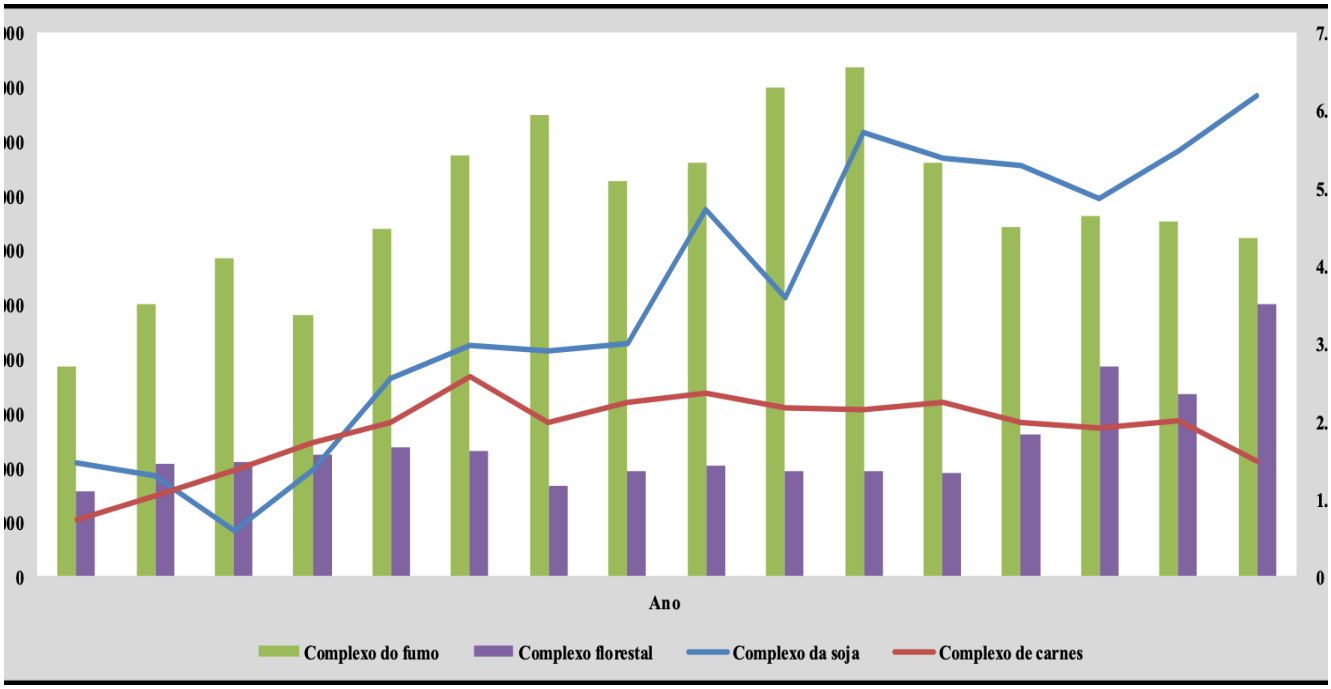


Figura 6 – Exportações da agropecuária do estado do Rio Grande do Sul
Fonte: Brasil (2019a)

Os desempenhos da produção, da produtividade e das exportações da agropecuária do Rio Grande do Sul manifestam-se territorialmente, pois a produção, embora diversificada, está desigualmente distribuída, promovendo, ao longo de sua evolução, concentrações produtivas territoriais a respeito das quais expõem-se na próxima seção.

20 Na silvicultura, o estado do Rio Grande do Sul aumentou seu market share, entre 2003 e 2017: em 19,1% em lenha, saindo de 11 milhões para 13,1 milhões de metros cúbicos; e 78,1% em madeira em tora, aumentando de 6,4 milhões até 11,4 milhões de metros cúbicos. Esses mesmos produtos, no mesmo período, obtiveram uma dinâmica elástica de 219,1% no faturamento do VBP, partindo de R$ 427,5 milhões para R$ 1,36 bilhão (IBGE, 2019c).

Novo arranjamento territorial da agropecuária do Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, as mesorregiões[21], denominadas e classificadas pelo IBGE (2012), apresentaram, entre 2003-2017, comportamentos desassemelhantes, entretanto, com a mesma propensão de crescimento dinâmico em termos de área plantada e de valor adicionado bruto da produção (VAB). Em 2017, 98,1% da área plantada total do estado representava as lavouras temporárias, contra menos de 1,9% da área destinada a lavouras permanentes (IBGE, 2019a).

Dessa maneira, entre as mesorregiões do estado gaúcho, conforme a Figura 7, a mesorregião Noroeste manteve-se em primeiro lugar no uso do solo para as lavouras temporárias, mesmo com o decréscimo de 4,57 milhões de hectares para 4,4 milhões, registrando, no acumulado, uma taxa negativa de 3,71% (170 mil hectares). Todavia, a mesorregião Sudoeste, segunda maior em aproveitamento da terra, aumentou de 763 mil para 1,1 milhão de hectares, um índice de 53,9% (412 mil). No mesmo período, seja na terceira maior mesorregião (Centro Ocidental), seja na quarta (Sudeste), as culturas temporárias acresceram a área plantada, respectivamente, de 688 mil e 465 mil para 974 mil e 748 mil hectares, totalizando um aumento de 41,5% (286 mil hectares) e 60,8% (283 mil).

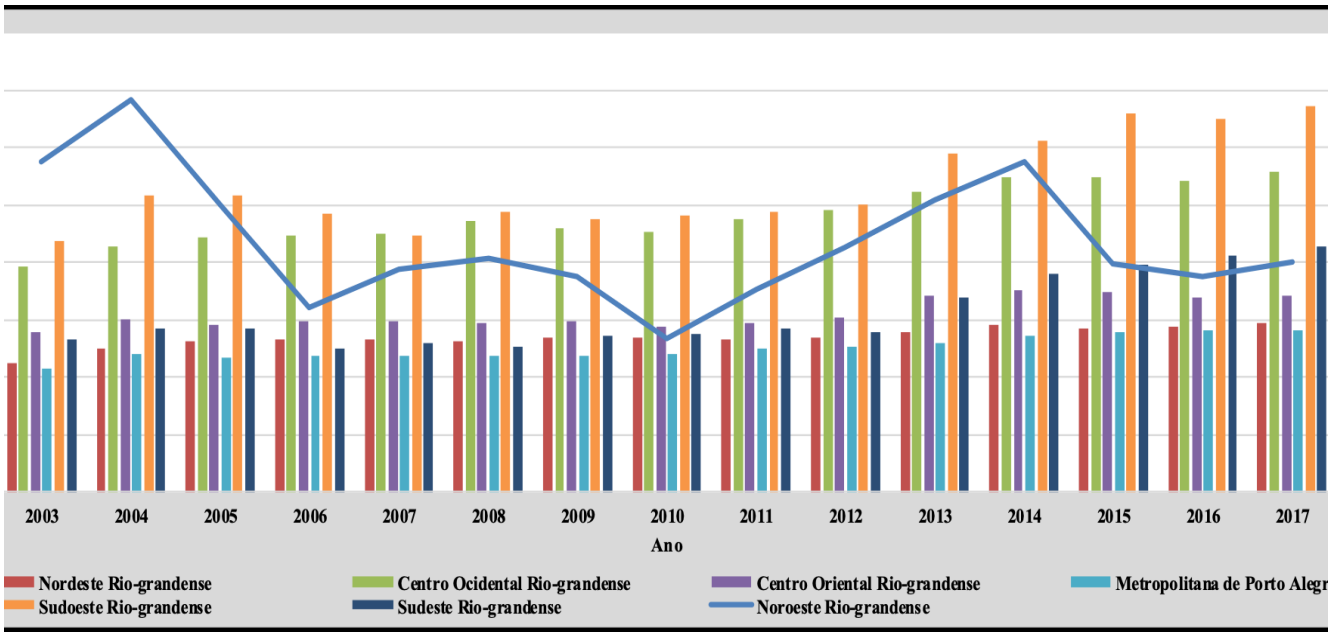


Figura 7 – Área plantada de lavouras temporárias das mesorregiões do Rio Grande do Sul (hectares)
Fonte: IBGE (2019a).

Além disso, ainda na Figura 7, as mesorregiões Centro Oriental, Nordeste e Metropolitana de Porto Alegre cresceram, no período em quadra, 22,7%, 31,2%, 31,9%, pela ordem. A primeira passou de 487 mil para 598 mil hectares, a segunda passou de 393 mil para 516 mil hectares, e a terceira, de 373 mil para 492 mil hectares22.

Na variável VAB (Figura 8), todas as mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul tiveram variação positiva. A mesorregião Noroeste (polarizada pelo município de Passo Fundo), entre 2003-2017, obteve uma evolução nas receitas de VAB com culturas temporárias

21 Segundo Cunha e Farias (2019, p. 145), "o IBGE apresentou uma nova divisão regional no Brasil vinculada aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil, publicada na década de 1990. As unidades mesorregionais e as microrregionais recebem, respectivamente, os nomes de regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. O recorte dessas incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante". Nesta seção, foram considerados os novos critérios; porém, foram adotados os nomes das sete mesorregiões: Noroeste Rio-grandense; Nordeste Rio-grandense; Centro Ocidental Rio-grandense; Centro Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Rio-grandense; Sudeste Rio-grandense.

22 Como dito, houve uma involução na área plantada das lavouras permanentes na ordem de 4,1%. No período entre 2003 e 2017, ocorreu competitividade negativa nas seguintes mesorregiões: Noroeste – 17,5%; Centro Oriental – 43,1%; Metropolitana de Porto Alegre – 10%; Sudoeste – 50%; Sudeste – 18,6%. A mesorregião Centro Ocidental permaneceu estável, e a Nordeste foi a única que apresentou um aumento na ordem de 14,2% (IBGE, 2019a)

de R$ 6,5 bilhões para R$ 13,7 bilhões, representando, em termos percentuais, um acréscimo de 110,7%. O Sudoeste, região do município de Bagé, que arrecadou R$ 1,6 bilhão, aumentou o valor, em 206,2%, no último ano da série, para R$ 4,9 bilhões. Essa tendência dinâmica foi escoltada pelas demais mesorregiões, entre elas, pela ordem decrescente de arrecadação no período: Sudeste (polarizada pelo município de Pelotas) cresceu 250%, atingindo R$ 3,5 bilhões; as mesorregiões Centro Ocidental (região do município de Santa Maria) e Centro Oriental (região do município de Santa Cruz do Sul) cresceram, respectivamente, 190% e 167%, e obtiveram, ambas, receitas na produção agrícola de R$ 3,4 bilhões; a Metropolitana de Porto Alegre variou positivamente cerca de 141% totalizando, em 2017, em R$ 2,9 bilhões; e a mesorregião Nordeste (Serra gaúcha), variou de R$ 843 milhões para R$ 2,2 bilhões (160%)23.

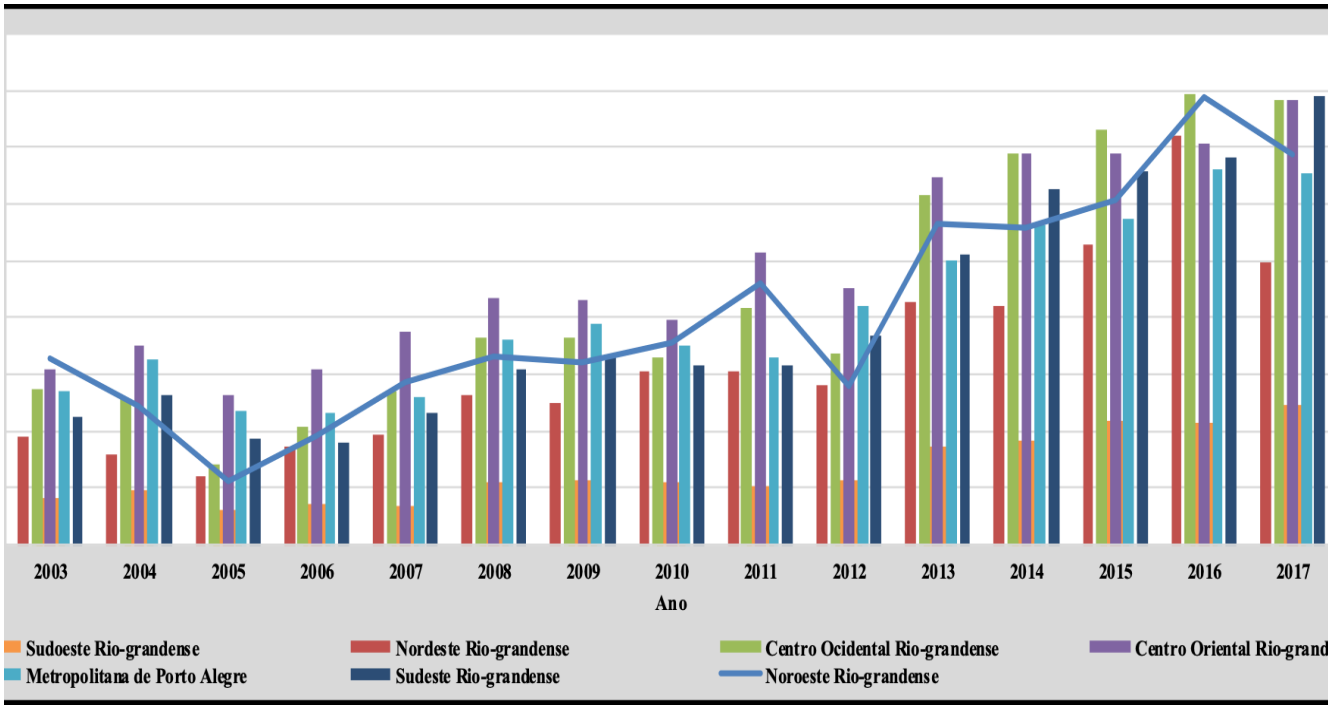


Figura 8 – Valor adicionado bruto de Produção das lavouras temporárias das mesorregiões do Rio Grande do Sul (Mil Reais)
Fonte: IBGE (2019a)

Essa dinâmica mesorregional do estado do Rio Grande do Sul explicita-se (Tabela 3), especialmente, devido ao aumento da produção dos bens agrícolas provenientes de lavouras temporárias. A mesorregião Noroeste é responsável pelas maiores safras de soja, milho e trigo. Sozinha é encarregada por 58,4% (10,9 milhões de toneladas) da produção de soja estadual (9,5% da produção nacional); 57,8% (3,5 milhões de toneladas) da colheita de milho (3,5% da safra nacional); 74,1% da produção estadual e 20,4% da colheita nacional de trigo. Em matéria de variação percentual de quantidade produzida, entre 2003-2017, essa mesorregião obteve aumento na soja de 51,7% e no milho 7,4%, e perdas competitivas no trigo na ordem negativa de 54,8%.

23 O estado do Rio Grande do Sul aumentou, entre 2003 e 2017, seu VAB nas lavouras permanentes em 160%, saindo de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,1 bilhões (IBGE, 2019a). A mesorregião Nordeste possui 65% de todo VAB do estado nessas lavouras, aumentou de R$ 747 milhões para R$ 2,1 bilhões, acumulando 170% no período de 2003 a 2017 (IBGE, 2019a).

Mesorregiões do Rio Grande do Sul	Ano X produção dos produtos das lavouras temporárias (toneladas)									
	2003					2017				
	Arroz	Fumo	Milho	Soja	Trigo	Arroz	Fumo	Milho	Soja	Trigo
Noroeste Rio-grandense	35909	41454	3260833	7228130	1957417	38954	46689	3503525	10965128	884908
Nordeste Rio-grandense	543	11520	810438	375058	118467	37	11488	1025162	1111760	115001
Centro Ocidental Rio-grandense	485490	24589	234522	1036729	173887	752721	31188	226241	2470874	77948
Centro Oriental Rio-grandense	328747	140779	526516	260431	48236	490040	178571	572304	984985	14116
Metropolitana de Porto Alegre	1048791	62079	154349	16083	1403	1894183	73613	208121	320838	3075
Sudoeste Rio-grandense	1930136	420	114744	543950	88907	3792214	1650	203346	1739023	87154
Sudeste Rio-grandense	867535	41237	324722	118916	7240	1764961	71289	320201	1151578	10716

Tabela 3 – Produção dos produtos das lavouras temporárias nas mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul (toneladas)

Fonte: IBGE (2019a)

A Tabela 3 mostra, ainda, que a mesorregião Centro ocidental apresentou variações positivas na produção de soja (138%), saindo de 1,03 milhão para 2,4 milhões de toneladas, 55% no arroz, subindo de 485,4 mil para 752,7 mil de toneladas. Não obstante, essa mesma mesorregião apresentou taxas negativas na produção de milho (3,4%), decrescendo de 234,5 mil para 226,2 mil toneladas e trigo (55,1%), caindo de 173,8 mil até 77,9 mil toneladas. A região do estado que também apresentou forte impulso dinâmico na produção de soja e de milho foi a Nordeste. A taxa de crescimento, entre 2003 e 2017, atingiu 196,2%, saindo de 375 mil para 1,1 milhão de toneladas no primeiro e no segundo produto, passando de 810 mil para 1,02 milhão de toneladas, o que significa que cresceu 26,5%. Contudo, houve estagnação produtiva no trigo e no fumo, ficando na marca de 115 mil e 11 mil toneladas, respectivamente.

Desperta atenção, ainda na Tabela 3, o índice positivo de 26,9% na produção de fumo na mesorregião Centro Oriental, em que, em 2003, foram colhidos 140,7 mil de toneladas, e, em 2017, passou para 178,5 mil, representando 20,2% e 43,1% das safras nacional e estadual. Houve avanço considerável na cultura da soja entre o período em análise, que passou de 260,4 mil para 984,8 mil toneladas, amontoando acréscimo de 278,2%. A colheita do arroz passou de 328,7 mil para 490 mil toneladas, totalizando uma taxa geral de crescimento, no período, de 49%. Em contrapartida, não houve nem retração, nem expansão significativa na cultura do milho, mantendo-se entre 526 mil e 572 mil toneladas

Continuando na Tabela 3, na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, o arroz obteve majoração, entre 2003-2017, de 80,7%, aumentado de 1,04 milhão para 1,8 milhão de toneladas, assim, tornou-se a segunda colocada no ranking estadual com 21,6% da produção e manteve-se como uma das mais produtivas do país, com 15,1% do total geral. A soja que, em 2003, produzia apenas 16 mil toneladas, aumentou em cerca de vinte vezes e atingiu, em 2017, 320 mil toneladas. A produção de milho passou de 154,3 mil para 208,1 mil toneladas, estabelecendo uma taxa geral de crescimento de 34,8% no período. Seguindo essa mesma tendência dinâmica, a produção de fumo cresceu 18,7%, saindo de 62 mil toneladas para 73,6 mil toneladas na última safra do período.

Ainda na dinâmica regional sul-rio-grandense, conforme se observa na Tabela 3, a mesorregião Sudoeste apresentou aumento de 219,7% na soja, que registrou 543,9 mil, em 2003, e alcançou 1,7 milhão de toneladas, em 2017. Da mesma forma, houve aumento do arroz na ordem de 96,4%, saindo de 1,9 milhão para 3,7 milhões de toneladas; com isso, continuou como a região mais produtiva do Brasil e do Rio Grande do Sul, com 30,4% e 43,4%, respectivamente. O milho cresceu na produção na ordem de 77,2%, e o trigo permaneceu cristalizado na casa de 87 mil toneladas.

Em compensação, no Sudeste, a soja apresentou um crescimento, no período em análise, de quase dez vezes, passando de 118,9 mil para 1,1 milhão de toneladas. O fumo obteve um impulso dinâmico na produção em 30 mil toneladas; em percentual, atingiu no acumulado 73%. Também o arroz acompanhou essa tendência de aumento no volume da produção, atingindo a taxa de 103,3%, partindo de 867,5 mil para 1,7 milhão de toneladas, permanecendo na terceira colocação, com 20,1% e 14,1% da última safra estadual e nacional, nessa ordem. A produção de milho ficou estacionada no período em torno de 320 mil toneladas.

Com base no exposto, pode-se afirmar que vem ocorrendo, no estado do Rio Grande do Sul, um processo de reconfiguração regional da produção agrícola dos produtos das lavouras, caracterizado pela concentração territorial da soja, do milho, do arroz e do fumo. Desconcentração e disseminação, sobretudo, da soja. Exclusão e concentração do trigo. O processo de concentração/desconcentração, disseminação e exclusão vem redefinindo a distribuição regional das lavouras gaúchas e provendo uma especialização produtiva territorial, especialmente, na soja24.

24 Com referência as lavouras permanentes, a maior alteração ocorreu na erva-mate, 63,8% da produção era colhida na mesorregião Noroeste em 2003, porém, em 2017, caiu para 37,6% do total do estado. Houve uma descentralização em direção a mesorregião Nordeste que, em 2003, representava 21,3% da produção ervateira e alcançou, em 2017, 59,2%. Além disso, ocorreu, também, praticamente uma exclusão no Centro Oriental gaúcho, pois, no mesmo período, caiu de 14,2% para cerca de 3% da colheita da erva mate (IBGE, 2019a). Nas culturas do figo, maçã e uva não apresentaram os movimentos de concentração/desconcentração, disseminação e exclusão territorial entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul.

Em relação à pecuária, como se depreende da Figura 9, a concentração/desconcentração, disseminação e exclusão territorial apresentam-se de forma acentuada no rebanho de bovinos, suínos e frangos. A mesorregião Sudoeste, em 2003, possuía 4,8 milhões e, em 2017, caiu para 4,4 milhões de cabeças, mesmo com a queda de 8,3%, a região ainda detém o maior rebanho bovino do Rio Grande do Sul. O Noroeste, na criação de bovino, entre 2003 e 2017, conservou-se estável em 2,6 milhões de cabeças e perdurou em segundo lugar no estado. A terceira região com o maior contingente bovino, a Sudeste, apresentou tendência declinante; no mesmo período, a redução foi de mais de 376 mil cabeças (16%), saindo de 2,3 milhões para 1,9 milhão de cabeças de gado. De mais a mais, as mesorregiões Centro Ocidental, Metropolitana de Porto Alegre e Centro Oriental mantiveram seus rebanhos bovinos em disposição decrescente na casa de 9,6%, 11,2% e 22,5%, na ordem. A única região em que houve impulso dinâmica positivo foi a Nordeste, que obteve um acréscimo de 55 mil cabeças (6,2%), registrando 885 mil, em 2003, e, em 2017, 940 mil de cabeças.

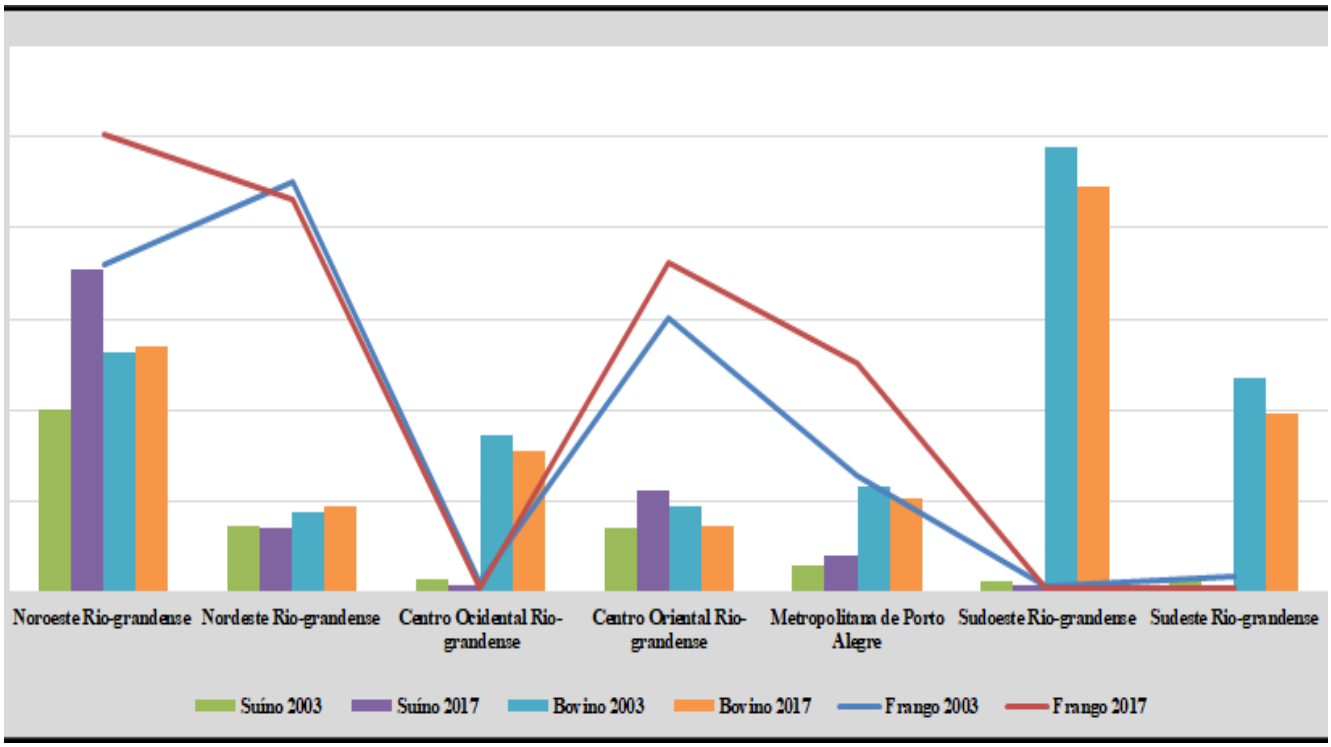


Figura 9 – Rebanho de bovinos, suínos e frango nas mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul 2003-2017
Fonte: IBGE (2019b). Elaboração: autores

Percebe-se, na mesma Figura 9, que o rebanho suíno se concentrou territorialmente mais ainda. Em 2003, a mesorregião Noroeste detinha 48,2% de todo o rebanho suíno do estado e, em 2017, aumentou para 58,9%, – um crescimento absoluto de 1,5 milhão de cabeças. A região Centro Oriental, segunda maior criadora de suínos no estado, possuía 718 mil cabeças, o que representava 17,3% do geral estadual; em 2017, passou para 1,1 milhão, o que correspondeu a 18,8%, rendendo 409 mil cabeças a mais. Ainda na inclinação de dinâmica positiva, a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre aumentou de 305 mil para 398 mil cabeças de suínos, computando uma taxa geral de crescimento de 30,4%. As demais regiões apresentaram índices negativos. A taxa mais deprimida foi no Centro Ocidental com 49,6%, uma diminuição absoluta no rebanho de suíno de 69 mil cabeças. No Sudeste chegou a 47,4%, totalizando perda de 63 mil cabeças; o Sudoeste marcou 31,7%, com redução geral de 38 mil cabeças, e o Nordeste com queda de 3,02%, apresentou diminuição de 22 mil cabeças no período em foco.

Na Figura 9, nota-se, ainda, ter havido uma concentração com perda da disseminação territorial com um aumento significativo na criação de frangos em três mesorregiões do Rio Grande do Sul. Destaque para o Noroeste, que ampliou seu rebanho em 40,1%, saindo de 35,8 milhões para 50,3 milhões de cabeças (32,1% do total do estado). Esse fato mante-

ve a região em primeiro lugar no estado. O Centro Oriental ficou na terceira posição com 23,1%, aumentando de 30 milhões para 36,1 milhões de cabeças (20,3%). A Metropolitana de Porto Alegre cresceu 97,8% no período, atingindo 25,2 milhões de cabeças que dá uma parcela de 16,1% do total. Embora a mesorregião Nordeste tenha sofrido dinâmica inversa, com queda de 4,5%, diminuindo de 45,1 milhões para 43,05 milhões de cabeças, entre 2003 e 2017, ainda assim, ficou em segundo lugar na escore estadual, com 27,5% da criação de frangos. Essas quatro regiões são responsáveis por 98,8% do rebanho no território gaúcho. De resto, as outras regiões somaram perdas nos rebanhos de frangos, na seguinte ordem decrescente: Sudeste – 71,8%; Centro ocidental – 60,3%; Sudoeste – 20,9%.

Quando nos referimos aos produtos derivados da pecuária, sobretudo o leite, a produção aumentou em todas as mesorregiões, com exceção da Metropolitana de Porto Alegre, como mostra a Figura 10; no entanto, esse produto se territorializou mais concentrado. O Noroeste do estado que, em 2003, era o maior produtor, com 1,2 bilhão (56,2% do total do Rio Grande do Sul), passou para 3,07 bilhões de litros de leite, em 2017 (67,6%), representando 9,19% do total nacional. As demais regiões, pela ordem decrescente, acumularam crescimento no período desta forma: Nordeste – 55,2%; Centro Ocidental – 34,3%; Centro Oriental – 88,4%; Sudoeste – 75,4%; Sudeste – 16,6%.

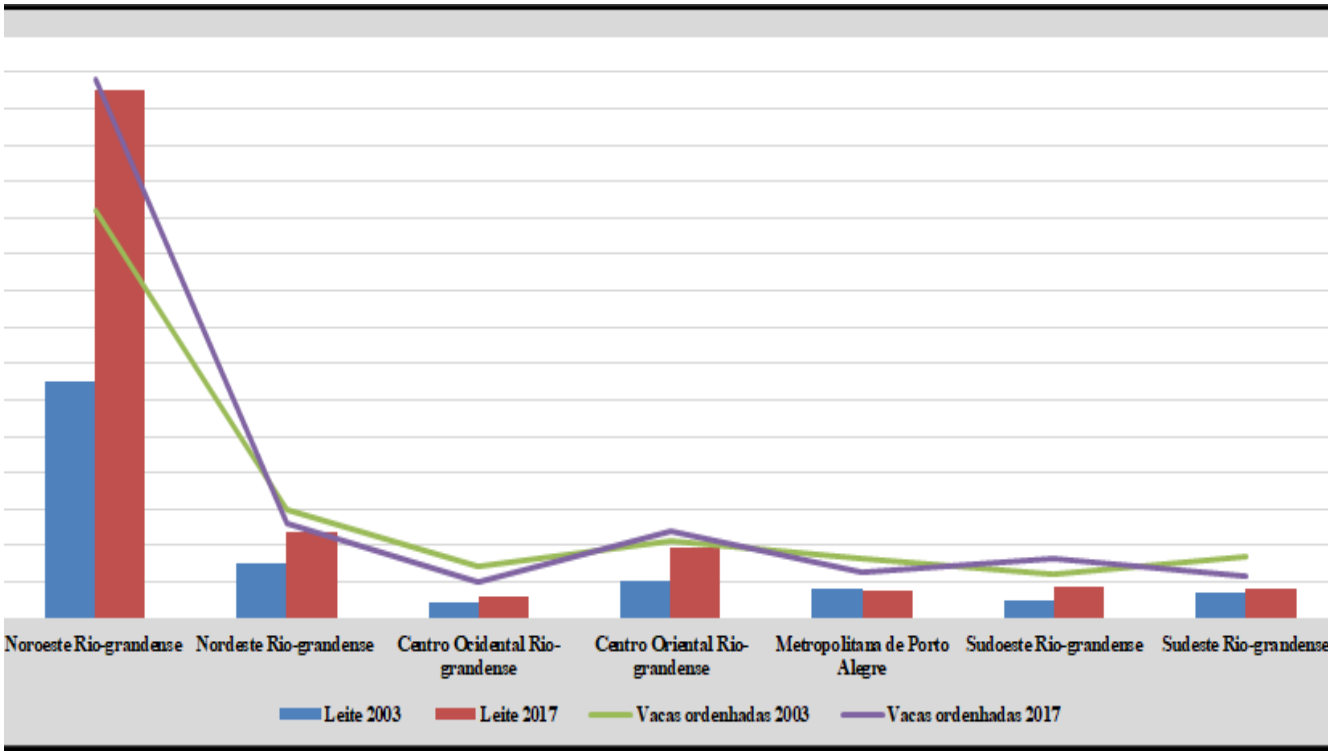


Figura 10 –Produção de leite e número de vacas ordenhadas nas mesorregiões do Rio Grande do Sul 2003-2017
Fonte: IBGE (2019c) Elaboração: autores

Assim sendo, essa concentração da produção de leite se espelha, ao mesmo tempo, no número de vacas ordenhadas (Figura 10). Em 2003, essa mesma mesorregião Noroeste retratava 50,2% de toda a ordenha do estado; em 2017, a taxa ficou em 60,7%, passando, no período, de 593,8 mil para 831,7 mil cabeças. O Centro Oriental aumentou 14,4%, indo de 112,2 mil para 128,2 mil vacas ordenhadas, significando 9,3% do total do Rio Grande do Sul. O Sudoeste saiu de 64,9 mil para 86,4 mil cabeças (aumento de 33,1%), o que se refere a 6,3% do geral. Nas outras regiões, houve decréscimo no número de vacas ordenhadas. A redução mais significativa ocorreu no Sudeste, que caiu de 89,3 mil para 61,6 mil unidades (-44,6%). A Metropolitana de Porto Alegre baixou de 86,7 mil para 66,9 mil cabeças (-29,5%). O Centro Ocidental do estado passou de 76,7 mil e 54,3 mil de vacas (-29,2%); e o Nordeste com 11,9%, caiu de 158,2 mil para 139,2 mil cabeças.

Considerações finais

Foi demonstrado, neste texto, que o processo de ocupação do território do estado do Rio Grande do Sul resultou na constituição de duas estruturas produtivas na agropecuária. Uma caracterizada pela presença marcante de uma pequena produção mercantil e outra marcada pela presença do latifúndio pecuarista. Contudo, essas duas estruturas, ao longo de sua trajetória evolutiva, sobretudo pós-1960, passaram por profundas transformações que originaram uma agropecuária dinâmica e internacionalizada.

Argumentou-se que, no período compreendido entre 2003-2017, as alterações manifestaram-se na evolução do Valor Bruto da Produção animal e vegetal. Entretanto, a elevação das rendas geradas contrastou com a queda da área plantada de produtos, como milho, trigo, fumo, pêssego, erva-mate, entre outros, e a redução das áreas de pastagens. Em contrapartida, ocorreu um aumento da área plantada com soja, arroz, uva e maçã. A redução da área de pastagens e de lavouras não provocou diminuição da produção total. A redução da produção manifestou-se apenas nas lavouras de trigo. Esses aumentos da produção decorreram das boas condições climáticas, preços favoráveis, medidas político-institucionais e pelo aumento da produtividade.

Advogou-se que a pecuária, com seus três ramos, vem ganhando participação relativa e absoluta no conjunto do *market share* da região Sul do Brasil e nas exportações brasileiras, o que aponta para uma nova divisão territorial do trabalho. Ademais, a despeito de a estrutura produtiva da agricultura apresentar-se diversificada, demonstrou-se que vem ocorrendo um processo de reconfiguração regional da produção agropecuária, caracterizado pela concentração/desconcentração, disseminação e exclusão.

Esses processos estão acelerando a especialização produtiva territorial. A disseminação territorial se faz, principalmente, no caso da soja onde, em algumas regiões do Estado, o incremento anual de área e da produção têm sido significativo, substituindo áreas de pastagens, de milho e de trigo. O Noroeste possuía 75,4%, em 2003, porém, em 2017, passou para 58,4%. Todas mesorregiões aumentaram tanto a área plantada como a produção. Em áreas tradicionais de criação de gado bovino, especialmente, Sudoeste e Sudeste, houve substituição da pecuária pela soja. Em 2003, essas áreas tinham apenas 6,9% da produção de soja no estado, passando para 15,4%, em 2017.

A concentração/desconcentração, disseminação e exclusão territoriais apresentam-se de forma acentuada igualmente no rebanho de bovinos, suínos e frangos. A mesorregião Sudoeste, na criação de bovino, reduziu 8,3% entre 2003-2017. O Sudeste também mostrou tendência declinante do contingente bovino no mesmo período. Já o rebanho suíno se concentrou territorialmente mais ainda. Em 2003, as regiões do Noroeste e Centro Oriental detinham 65,5% de todo o rebanho suíno do estado. Em 2017, essa concentração aumentou para 77,8%; somente o Noroeste criou 58,9%, e o número de cabeças somou 3,5 milhões. Na produção de frango, houve uma concentração com perda de disseminação territorial com um aumento significativo na criação de frangos em três mesorregiões do Rio Grande do Sul. O Noroeste, concentrou seu rebanho para 50,3 milhões de cabeças, representando 32,1% do total do estado. O Centro Oriental ficou na terceira posição com 20,3%. A Metropolitana de Porto Alegre ficou com 16,1% do total. O Nordeste obteve dinâmica inversa, contudo ficou em segundo lugar estadual com 27,5% da criação de frangos. Essas quatro regiões são responsáveis por 98,8% do rebanho de frangos no território gaúcho.

Processo semelhante de concentração territorial ocorreu com os produtos derivados da pecuária, sobretudo, o leite. O Noroeste do estado que, em 2003, detinha 56,2% do total do Rio Grande do Sul, em 2017, alcançou 67,6% da produção estadual e quase 10% da produção nacional. E a mesma concentração territorial esteve presente na ordenha de vacas, sendo que a mesorregião Noroeste aumentou de 50,2%, de toda a ordenha do estado, para 60,7% no período.

Por fim, as estruturas produtivas, as relações territoriais e sociais e as estruturas espaciais representam interação entre o novo e o velho, com domínio do primeiro. No entanto,

esse poder de dominação, das novas estruturas e configurações territoriais, não se realiza por completo e não se pode cair em determinismos específicos territoriais, pois não há vocação, o capital se transforma no tempo e espaço (SANTOS, 1977). Cada momento do processo histórico de desenvolvimento, com sua estrutura econômica, social, política, cultural, dentro de uma formação socioespacial, tem uma significação particular. Por isso, como foi explanado, numa determinada área geográfica "não tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixos e relações de produção e de propriedade imutáveis. Interagem e evolui no processo" (SANTOS, 1977, p. 84).

Referências

ACCURSO, J. S A economia gaúcha nos anos 90. In: Flávio Benevetl Fligenspan (Coord.). **A economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre' FEE, 2000. p. 48-90.

BARBOSA, N. Dez anos de Política Econômica. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso, 2013. p. 63-101.

BENETTI, Maria Domingues. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 61, p.7-15, out. 2000.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijui: Unijuí, 1997.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Texto para Discussão**. n. 1828, Brasília: IPEA. abr. 2013. p. 1-27. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1828.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL, Ministério da Economia, Industria, Comércio Exterior e serviços. **Balança comercial**. 2019a. Disponível em: < http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>. Acesso em: 27 mai. 2019.

_____. **Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro**. 2019C. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: 27 mai. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor Bruto da Produção Agropecuária**. 2019b. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1982. 200 p.

BRUM, A.J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Fidene, 1985.

CAMILO, P. J. **A dinâmica geoeconômica da comercialização, logística e transporte da cadeia produtiva do leite na região sul do Brasil**. 2018. 368f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 180, p. 267-276, 1964.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Governo reajusta preços mínimos das culturas de verão. Brasília, 2018. Disponível em: **<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/1782-governo-reajusta-precos-minimos-das-culturas-de-verao-20160708>**. Acesso em: 01 jun. 2019.

CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, CONAB, ano XV, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006, p. 5-28. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CUNHA, R. C. C.; ESPÍNDOLA, C. J. A Relevância do progresso técnico na consolidação da cadeia produtiva da soja no Sul do estado do Maranhão (Brasil). **Geografia (Londrina)**, v. 25. n. 1. p. 87-106, jan./jun., 2016.

_____.; CRUZ, W. L. de M. Aspectos geoeconômicos da cadeia produtiva da soja no estado de Santa Catarina: produção e circulação. **Geo Uerj**, Rio de Janeiro, n. 31, p.745-769, 30 dez. 2017.

_____; FARIAS, F. R. Dinâmica produtiva e ordenamento territorial dos agronegócios do Mato Grosso do Sul pós-2003. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p.130-153, mai 2019.

DUARTE, A. C.; MARICATO, A. T. Atividades Agrárias. In: **Geografia do Brasil**: A Grande região Sul. v. IV, Tomo I. Rio de Janeiro: FIBGE. 1968.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. 2002. 268 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. A dispersão territorial dos investimentos do agronegócio de carne. **Anais de Geografia Econômica e Social**, v. 2, Florianópolis: GCN, 2009. p. 251-281. Disponível em: <http://cadernosgeograficos.ufsc.br/aquisicao/revista-geografia-economica/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. A dinâmica geoeconômica do agronegócio brasileiro de carnes e soja. In: LAMOSO, L. P. (Org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul. Curitiba**: Íthala, 2016. p. 19-53.

_____. CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva de soja no Brasil e no Mundo. **Geotextos**, v. 11, n. 1, p. 217-238, Salvador, UFBA, 2015.

FARIAS, F. R. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do sul do Brasil**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FEE. Fundação de Economia e Estatítica Sieggried Emanuel Heuser**. Rio Grande do Sul em números**. FEE, Porto Alegre. 2017. Disponível em: < https://www.fee.rs.gov.br/publicacao/rs-em-numeros-2017/> . Acesso em: 10 jun. 2019.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino**: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. 2000. 300 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2000.

FÜRSTENAU, V. A lavoura de grãos na década de 80: a busca da eficiência. In: DE

ALMEIDA, P. F. C. (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas: São Paulo, 1994.

GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**. Informações econômicas**, São Paulo, IEA, v. 35, p. 7-36, abr. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

GUILHOTO, Joaquim J. M. **Agricultura familiar na economia**: Brasil e Rio Grande do Sul / Joaquim J. M. Guilhoto ... [et al]. -- Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.; 21 x 28 cm. -- (Estudos Nead; 9).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v. I. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20- %20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2019.

_____ **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em:< https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____ **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016>. Acesso em: 17 jun. 2019.

_____ **Pesquisa Trimestral do Abate de animais**. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/abate/tabelas>. Acesso em: 13 mai. 2019.

_____**. Produto Interno Bruto dos Municípios.** Rio de Janeiro, 2019d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2019e. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2019f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 mai. 2019.

_____**. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro, 2019g. Disponível em: < https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2017>. Acesso em: 13 abr. 2019.

JAEGER, L. G. **Enciclopédia rio-grandense**, 1º volume, Canoas: Editora Regional Ltda. 1956.

MAMIGONIAN, A. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986

MAMIGONIAN, A. Kontratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Geosul**,. Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152 – 157, Jul./Dez ,1999.

MAZZOCHIN, M. da S. **A dinâmica geoeconômica do setor florestal brasileiro**: da gênese a reestruturação. 2016. 309f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade de Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MEYER, Augusto**. Gaúcho, história de uma palavra**. Porto Alegre: IEL, 1957.

SAMPAIO, Maria, H. A., FÜRSTENAU, V. **Agropecuária do Rio Grande do Sul – 1990-00**. Documentos FEE n. 53. Porto Alegre, março de 2003

SANTOS, M. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização sócio-econômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 117-142, 2001

SERPA, I. V.; CATAFESTA, S.S. Considerações históricas sobre o processo de modernização agrícola no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009. **Anais...** . Maringá, 2009.

SOUTO MAIOR, A. S. Povoamento. In:**Geografia do Brasil: A Grande região Sul**. CATALDO, D. M. (Org.). Rio de Janeiro: FIBGE. v. 4, n. 2, p. 3-46, 1968.

SOUZA, Joel José. **O Complexo Agroindustrial de Laticínios no Brasil**: o caso da Região Sul. 2014. 289f. Tese (Doutorado)- Curso de Geografia, Geociências, 2014. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VIEIRA, M. G. E. D. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. 1992. 178f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

WAIBEL, L. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia ano 50**, número especial, IBGE, 1988.